

PREÂMBULO

ANSIEDADE E TRANSCENDENCIA

Vivemos uma existência de superficialidades, imaturidades, literalidades; nossas experiências, em grande parte, toscas, elementares. Não nos atrevemos ao raciocínio elaborado, a busca da verdade, ao encantamento, ao mistério, à sensibilidade. Esquivamo-nos a mergulhar nas dimensões profundas da existência, às camadas amplas e perquiridoras do universo, às entranhas de nosso próprio ser. Excusamo-nos comumente ao toque da filosofia, da literatura, psicologia, da religião, do secreto, das realidades incógnitas, sublimadas que só se revelam aos audazes, aos sonhadores, em especial aos tarefeiros que associam fé e obra.

Uma peça clássica – o poema “A era da ansiedade”, de W.H.Auden – de exigente leitura, retrata e define bem os tempos hoje vividos. Uma obra em seis partes, tendo como cenário um bar no maior quino, cujos personagens-frequentedores procedem a reflexões e desdobramentos sobre a vida – sonhos, perdas, assombros, tragédias. A era da ansiedade sequenciada, continuada, dos sobressaltos, impactos, conflitos, turbulências ou mesmo de alienação, neurose. A existência crua e nua dos interesses materiais, das fórmulas tumultuosas

Há que se buscar, se ter um olhar além dos bens perecíveis – prédios, indústrias, títulos, ganâncias, jactâncias. Olhar interior com novo significado – olhar de sensibilidade, solidariedade, perpetuidade, olhar de “coração iluminado” (Ef 1, 18-23). Nossa comunicação com o mundo tem que ser muito além de ruas, edifícios, proclamações cotidianas, privilégios, abominações que são como folhas em redemoinho, a se desprenderem, se dissolverem no tempo. Âncoras a que nos agarramos, porém corroídas pelo racionalismo, o materialismo e que não se sustentam. Há – no imo de nosso ser – uma declaração maior, um desdobramento vivencial voltados para o porvir, o sublime, o transcendente. A prática e o culto da virtude, envolvendo qualidades cardeais como a temperança, prudência, fortaleza, justiça, fé. A ressignificação de nossa existência, a consistência de nossas passadas, a imperiosa revisão de itinerários...

O Sesmeiro

Em 1747, Domingos Monteiro Lopes recebeu do governador “meya légoa de terra”. Ao que tudo indica, surgiu ali o primeiro povoado da região – hoje compondo áreas de Ritópolis, São Tiago, Resende Costa e Conceição da Barra.

Pág. 4

Nas telas do Cine Odeon

“Santo, el Mascarado de Plata”. A frase clichê, quase um slogan, é lembrada por muita gente que viveu o cinema nos anos 1970. Parte dessa memória saudosa, aliás, tem espaço em São Tiago – e começou entre sessões do incrível Cine Odeon. Confira artigo do cinéfilo Fabio Antônio Caputo sobre o assunto.

Pág. 9

Plana? Redonda? Sobre a Terra

“O rapper Americano B.o.B recentemente recorreu ao Twitter em uma missão para vencer seus seguidores de que a Terra é plana. Ele tuitou uma fotografia explicando que a distância entre o objeto em primeiro plano e o horizonte ao fundo era de quase 26 km, e pergunta: “Cadê a curva? Alguém pode explicar, por favor?”. Milhares de pessoas retuitaram o comentário, outras tentaram argumentar com ele – inclusive o astrofísico e apresentador de TV Neil deGrasse Tyson. Mas B.o.B não se convenceu. Como, então, podemos afirmar com tanta certeza que a Terra é redonda?”

Pág. 12



MAMMA MIA! Famílias italianas na região

“Os italianos, como praticamente todos os povos europeus, tem uma etnia incógnita, pois os ancestrais remotos foram etruscos, latinos, celtas, gregos, que se mesclaram na Idade Média com germânicos, normandos, húngaros, eslavos etc. Povos que vagaram pela Europa desde a mais remota antiguidade, cuja busca de troncos familiares e de laços históricos, a se perderem no tempo, se prendem pelo elo do sobrenome, muitas vezes deturpado gráfica ou foneticamente”.

Pág. 19

ADIVINHAS

- 1- O que o zero disse para o oito?
- 2- O que é, o que é? Responde em qualquer idioma?
- 3- O que é, o que é? Tem que ser quebrado para ser usado?
- 4- O que é grande como o elefante, mas não pesa nem uma grama?

Respostas: 1- Lindo cinto. 2- O ovo. 3- Eco. 4- A sombra do elefante

Provérbios e Adágios

- . Conversar miolo de pote.
- . Caiu a sopa no mel.
- . Cada um com a sua certeza.
- . Conselho se fosse bom era vendido.
- . Cesteiro que faz um cesto faz um cento.



Para refletir

• A memória é uma paisagem contemplada de um comboio em movimento (...) São coisas que ocorrem diante dos nossos olhos. Sabemos que são reais. Algumas estão já tão longe e o comboio avança tão veloz que não temos a certeza de que realmente aconteceram. Talvez as tenhamos sonhado. Já me falha a memória, dizemos e foi apenas o céu que escureceu.
(José Eduardo Agualusa, escritor angolano – da obra “O vendedor de passados”).

• Conhecer os homens, a bem dizer, é coisa impossível. O que poderíamos conseguir seria conhecer esta ou aquela pessoa e mesmo esse limitado conhecimento haveria sempre de ter infinitas falhas e erros.
(Gustavo Capanema).

• Estudando a vida doméstica dos antepassados, sentimo-nos, aos poucos, nos completar; é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros, nos que vieram antes de nós e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda, tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”
(Gilberto Freyre).

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Fabiana Diéle.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Maria Luiza Santiago

Revisão: Fábio Antonio Caputo e

Sandra Regina Almeida Caputo

Jornalista Responsável:

Marcus Santiago – MTB 19.262/MG

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

MATÉRIA Pe JOSÉ DOS SANTOS DE FARIA RETIFICAÇÃO

Na matéria sobre Pe. José dos Santos de Faria (1788-1835) publicada em nosso boletim n. CLXXXIV, janeiro/2023, há a informação/registro de Antonio José de Faria, como um dos irmãos de Pe. José dos Santos, na condição de “padre”

Uma ressalva. Segundo o historiador Vinicius Mata, o nome real deste irmão de Pe. José dos Santos de Faria, era Antonio Duarte de Faria, batizado aos 29-06-1804 na Capela das Laranjeiras, aplicação de São Tiago. Seu padrinho de batismo foi, sim, o Pe. Antonio José de Faria (este irmão do Cap. Mateus José de Faria), daí provavelmente a origem do equívoco, por parte de quem transcreveu o registro (confusão entre os nomes do batizando e do padrinho). Antonio Duarte de Faria faleceu solteiro aos 24-11-1845 e a 25 sepultado dentro da matriz de Bom Sucesso.

Quem foi, então, Pe. Antonio José de Faria?

Pe. Antonio José de Faria Pereira era natural da Freguesia de São Mateus da Ribeirinha, concelho de Horta, bispado de Angra, Ilha de Faial, Arquipélago dos Açores, falecido aos 12-01-1818 (Inventário de Pe. Antonio José de Faria Pereira – 1818 – Cx 12 – IPHAN/SJDR).

Ordenado no Seminário de Mariana (De Genere – 1792 – Pasta 0194).

Seu irmão, o Cap. Mateus José de Faria, também natural da Freguesia de São Mateus da Ribeirinha, Ilha de Faial, filho de José Francisco de Faria e Maria Jacinta, c/c Bárbara Francisca de Jesus, proprietários da Fazenda do Mosquito (Cel. Xavier Chaves) são/ foram os patriarcas da família Faria em nossa região, clã que se mesclaria com os Gonçalves de Melo, Góes e Lara etc. O Cap. Mateus José de Faria faleceu aos 20-01-1820, em Coronel Xavier Chaves, deixando o casal 10 filhos:

1. Josefa Maria de Faria c/c Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes
2. Agostinho José de Faria c/c Maria Tereza Ferreira de Resende
3. Clara Francisca de Jesus c/c Alferes Alexandre Gonçalves de Melo
4. Ana Gertrudes de Faria c/c Antonio Martins Parreiras
5. Hipólito José de Faria c/c Maria Cândida Santana
6. Bernarda Francisca de Faria c/c Guarda-Mor Manoel José Parreiras
7. Gertrudes Maria de Faria, solteira
8. José Inácio de Faria c/c Inácia de Jesus
9. Maria, solteira
10. Antonio José de Faria (1805-1821)

(Inventário de Mateus José de Faria – 1820 – Cx 537 – Iphan/SJDR)

Realização:



Apoio:



AO PÉ DA FOGUEIRA

CONDENADO AO “PAREDÓN”

Naqueles tempos “bravos” da fiscalização estadual, décadas de 1960/1970, implantara-se um clima de terror e rapinagem fiscal contra toda a sorte de contribuintes e cidadãos mineiros. Uma devassa implacável, diuturna, tresloucada. Toda e qualquer iniciativa, mesmo o menor movimento praticado pelo morador (como sair à noite para uma viagem objetivando tratamento de saúde ou quaisquer outros motivos) era visto pelo fisco como estratégia de sonegação e objetivo de investigação, inquirição, autuação. Transtornos de toda ordem. Paranoia institucionalizada.

Empresas, por mais modestas e corretas, eram vítimas de atos de infração, propriedades violadas, fiscais atrabiliários em jipes de campanha acompanhados de policiais com fuzil a tiracolo. Blitz nas saídas das cidades, bloqueios de estradas, a toda hora, no intuito de se apanhar “sonegadores”. Carros, pessoas e pertences revistados, mercadorias e produtos até mesmo para consumo doméstico eram taxados ou mesmo confiscados, motoristas e passageiros humilhados, expostos a constrangedoras revistas e inspeções. Qualquer atividade, por mais artesanal ou primária, era objeto da truculência arrecadatória, levando à extinção, à época, de dezenas de olarias, fabriquetas de cachaça e de polvilho, madeiras, carvoarias. Sequer produtos agrícolas de subsistência, como hortifrutigranjeiros, eram perdoados.

Assim, pequenos produtores de cachaça, queijos caseiros, tijolos e telhas de barro de nossa região passaram a receber a visita indesejada e indigesta de verdugos, verdadeiros capitães do mato modernizados. Locais que nunca foram lembrados pelo Estado – uma estrada, uma ponte, assistência técnica, sanitária ou educacional – ei-los, então, palmilhados pelos potentes jipões do fisco. Leilões de gado, as denominadas “praças” realizadas entre vizinhos e familiares eram truculentamente interrompidos, reses retidas, proprietários multados impiedosamente. Em caso de questionamento ou a menor discordância, eram presos, levados a delegacias e tribunais, expostos à execração pública. Pequenos agricultores e meeiros que, eventualmente, traziam produtos para venda ou entrega na cidade – alguma saca de feijão, alguns frangos ou cestos de ovos, uma réstea de alho – eram afrontados como sonegadores, penalizados com pesadas multas, cujos valores excediam e muito ao preço da mercadoria.

Eis certo lavrador da região recebendo a visita intragável da fiscalização, o que subentendia fiscal acompanhado de policial ar-

mado. Produzia nosso amigo – em total penúria – alguma rapadura e umas poucas arrobas de açúcar mascavo, por ele beneficiados a partir de pequeno canavial próximo à fazendola, dali comercializados informalmente pela redondeza. Ambiente ermo, inóspito, sem estradas, sem escola, o fim do mundo. Produção, em suma, artesanal, processada, com a ajuda da esposa, no tosco alambique ao rés do quintal. Casal com duas crianças pequenas. O fiscal, por sinal agressivo, profusa barba, requisita do pobre homem dados e documentos sobre sua produção, bem como comercialização – notas fiscais, livros contábeis - algo desconhecido e desconcertante naqueles rincões.

Por aqueles tempos, uma das poucas notícias chegadas à região era a vitória da revolução cubana, liderada pelo sanguinário e barbudo Fidel Castro, onde centenas de pessoas, tidas como inimigas do regime comunista e da pátria, eram sumariamente fuziladas, executadas no “paredón” (paredão). Assunto abordado por religiosos e párocos, uma vez que a Igreja tornara-se uma das principais vítimas dos comunistas cubanos. Falava-se que invadiriam todo o continente sul-americano. Os relatos das atrocidades comunistas e sua possível chegada ao Brasil gerariam, pois, comoção em toda a nossa pacata gente interiorana. Em nossa região, motivo de apreensão em toda conversa de botequim, praças, mesmo lares e escolas.

Em suma, multa pesada para aquele pobre lavrador, um mau cidadão e terrível sonegador na visão do Estado espoliador. O fiscal orienta o agricultor, ali pasmo, que a notificação, ou seja a multa lavrada, deveria ser quitada no prazo de oito dias e se não paga ou contestada, ela adquiriria a condição de título executivo, com todo o embasamento e arcabouço jurídico consistente...

A custo, o sitiante balbucia:

- E se eu não tiver como pagar?

- o senhor será EXECUTADO! Sem eira, nem beira, meu amigo...

A senhora do sitiante, pessoa simples, singela, desacostumada a lidar com autoridades – “gente do governo”, como ela dizia, pensando, quem sabe, serem aqueles homens ligados ao chefe Fidel Castro - não acompanhara toda a conversa, cuidando de algum serviço emergencial (fora retirar da cozinha algumas galinhas invasoras), ouvindo, porém, a terrível sentença exarada pelo barbudo e ríspido “homem do governo”, olhos estatelados. Vendo o policial ali próximo à desengonçada porteira, deveras pronto a executar a ordem, insurge-se em pânico:

- São doutor, por piedade, converso lá com o chefe, o são Fidel, temos filhos pequenos para criar, não poderia ser uma sova, uma pena mais branda, ao invés de matar?!



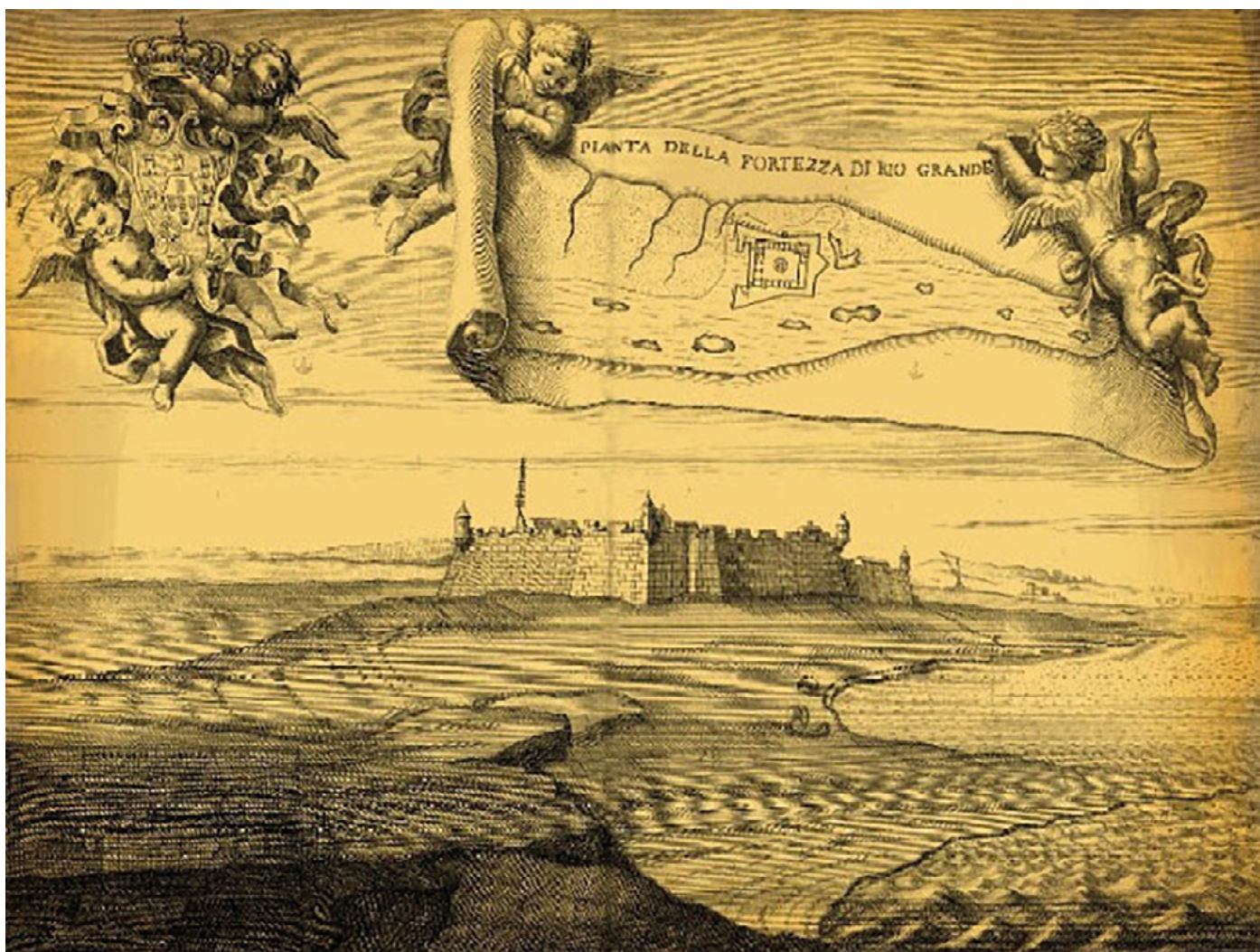
NR. Além das aterradoras prédicas dos párocos locais, tivemos, à época, em São Tiago, a figura caricaturesta de Antonio Sabino, artesão e célebre orador popular, que proferia, em praça pública, pelos bares e estradas, veementes discursos contra o comunismo ateu, estarecendo a todos com seus relatos sobre os crimes cometidos por Stalin, Lenine, Mao Tse-Tung e principalmente Fidel Castro. Fuzilamentos sumários e em massa, estupros coletivos, profanação de igre-

jas, confisco de bens, campos coletivos de trabalho escravo etc. Tempos traumáticos, então, para a população interiorana!

Sobre o famoso tipo popular Antonio Sabino, ver matéria em nosso boletim nº XXVI-novembro/2009.

Sobre os abusos da fiscalização, ver matéria em nosso boletim nº LII-janeiro/2012.

- Terríveis e vergonhosos tempos!!!



O SESMEIRO DOMINGOS MONTEIRO LOPES

Domingos Monteiro Lopes foi um dos primeiros requerentes aquinhoados com a concessão de sesmarias, em meados do século XVIII, na chamada “Paragem do Rio do Peixe”, terras ou estâncias que, de uma forma geral, compõem áreas dos atuais municípios de Ritópolis, São Tiago, Resende Costa e Conceição da Barra⁽¹⁾. Portanto, um dos primeiros povoadores da região, aqui deixando sua marca e substancial descendência (famílias Sousa Monteiro e Monteiro Lopes).

Por despacho do Governador Gomes Freire de Andrade, datado de 25/04/1747, foi outorgada carta de sesmaria a Domingos Monteiro, morador na Boa Vista (atual Conceição da Barra de Minas), termo da Vila de São José do Rio das Mortes, afirmando o suplicante (Domingos Monteiro) em sua petição que “tinha lançado huas posses com os seus escravos em vários capõens de mato virgem na Paragem chamada do Rio do Peixe, os quais confrontavam de boa parte com o mesmo rio e por outra com Manoel Marques de Araújo, onde tinha plantado milho, feijão e mais frutos (...) fazendo pião no meio do capão chamado Escuro...” Requeria, em suma, a concessão de

“meia légoa de terra em quadra na referida paragem dentro das confrontaçooens asima mencionadas, fazendo pião aonde pertencer...”

Em nosso meio, a primeira sesmaria concedida pela administração colonial, de que se tem notícia, foi a de Roque de Souza em 1737⁽²⁾, seguindo-se, em 1747, várias outras, na década de 1740, como as de Antonio Monteiro, Verissimo Gonçalves Ribeiro, Domingos João Freire⁽³⁾, José Manoel da Rosa (Pe.)⁽⁴⁾, Domingos da Costa Afonso⁽⁵⁾, Manoel Gonçalves, Manoel Marques de Araújo, Pedro Gomes, Manoel Ferreira Pr, Manoel Mlz Gomes, a do próprio Domingos Monteiro Lopes etc.

QUEM FOI DOMINGOS MONTEIRO LOPES - Pelo “De Genere Vita et Moribus” de seu filho Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão e ainda do “Projeto Compartilhar – famílias Souza Monteiro – Monteiro Lopes” extraímos interessantes dados:

- Domingos Monteiro Lopes era morador no local Boa Vista, termo da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes; casado com Mariana de Souza Monteiro, cerimônia realizada na matriz de Nossa Senhora do Pilar em São João Del-Rei aos 07-05-1731. Tinha ele,

então, 52 anos e ela 14. Já era falecido em 1764 (De Genere Vita et Moribus de seu filho Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão – 1766 – Reg. 0313, armário 02, pasta 0313, Seminário de Mariana). Era português, natural e batizado aos 18-08-1679 na freguesia de São João de Arcos, Areias do Vilar, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, filho de João Monteiro Lopes e Maria Gonçalves⁽⁶⁾, ambos nascidos e batizados na citada freguesia de São João dos Arcos, vila de Frades, termo de Barcelos, arcebispado de Braga. Foram seus padrinhos Domingos Coelho, solteiro e Maria Fernandes, da citada freguesia de São João de Arcos.

Sua esposa, D^a Mariana de Souza Monteiro era natural e batizada aos 24-05-1716 na freguesia de São Salvador da Sé, cidade de Olinda, bispado de Pernambuco, sendo padrinhos Pe. André Rodrigues Gomes De Laguardia e Maria de Souza. Era filha de Domingos Gomes Galvão, natural este da freguesia de São Pedro Mártir, Setúbal, Portugal e de Izabel de Souza Monteiro, n. e batizada aos 24-05-1718 na freguesia de São Salvador da Sé, cidade de Olinda, bispado de Pernambuco (Livro de batismos Igreja da Sé fls. 24)⁽⁷⁾. D^a Mariana de Souza Monteiro era ainda viva em junho de 1798 (quando do testamento de sua filha Maria).

Os pais de D^a Mariana de Souza Monteiro casaram-se na Sé de Olinda aos 21-08-1713 (Livro de casamentos fls. 40v); ele, Domingos Gomes Galvão era filho de Manoel Gomes e Francisca das Chagas, natural de Setúbal e morador da freguesia de São Pedro da Sé de Olinda; ela, Izabel de Souza Monteiro era filha de Antonio de Souza Delgado e Izabel Monteiro, n. e b. na freguesia de São Salvador da Sé moradores da citada freguesia de Sé de Olinda, bispado de Pernambuco.

D^a Mariana aparece como madrinha de Ana Maria da Luz, filha de Pascoal da Afonseca Guimarães e Ana da Luz Preto, na capela de Santa Rita do Rio Abaixo (Ritápolis) aos 02-12-1739 (Projeto Compartilhar – Godoys).

Filhos do Casal Domingos Monteiro Lopes e Mariana de Souza Monteiro (ver box).

FONTES: “De Genere Vita et Moribus” Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM – 1766 – C:0313/A:2/P:0313).

Projeto Compartilhar – Famílias Souza Monteiro – Monteiro Lopes / Ana Maria de Jesus / Rosa de Oliveira e Lima).

NOTAS

(1) A Coroa Real promoveria a abertura da chamada “Picada de Goiás” nas primeiras décadas do século XVIII e ainda, por despacho de 08-05-1736, do governador Gomes Freire de Andrade, com a concessão de sesmarias de forma a ocupar o território, incluindo desbravamento, demarcações, construções de benfeitorias, cultivo de roças em geral, edificação de ranchos de pousos, o que demandava investimentos privados de considerável porte (mão de obra, ferramentas, material, logísticas de transporte etc.)

A “Estrada” ou “Picada de Goiás”, com início/intersecção nas proximidades de São João Del-Rei, entre as localidades de Ibitutinga e São Gonçalo do Brumado (Caburu), às margens do Rio das Mortes, daí seguindo, segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, por São Tiago, São João Batista (Morro do Ferro), Oliveira, Tamanduá (Itapecerica), atravessando o Rio São Francisco na altura ou barra de Bambuí, seguindo até os sertões goianos. Segundo a historiadora Ana Maria Nogueira de Resende várias cidades mineiras surgiram e se consolidaram em função da Estrada Real Picada de Goiás, a saber: São Tiago, Oliveira, Carmópolis de Minas, Passa Tempo, Carmo da Mata, São Francisco de Paula, Itapecerica, Arcos, Iguatama, Formiga, Piumhi, Candeias, Bambuí, Luz, Bom Despacho, Serra da Saudade, Medeiros, São Roque de Minas, Dolores do Indaiá, Quartel Geral, Pitangui, Pompéu (“Fluxos Globais no século XVIII – a produção do modus vivendi e operandi no entorno da Estrada Real Picada de Goiás” UFMG, 2017).

Ocorriam, ao longo do trajeto, inúmeras bifurcações, passagens e roteiros alternativos, gerando controvérsias, até os dias atuais, entre historiadores, estudiosos e autoridades.

A descoberta de ouro nas regiões de Pitangui, Paracatu e Goiás acirraria a ocupação desordenada de todo o vasto território, com o consequente choque do volume populacional (com a formação de pousos, acampamentos e vilas de mineradores, embrião de futuros núcleos urbanos) ao lado da ação de foragidos da lei, quadrilhas de assaltantes e de contrabandistas, a precária presença da administração colonial, que somente se firmaria, a custo, com abertura de estradas régias, assentamentos agropastoris, patrulhamentos etc.

(2) Sobre a sesmaria de Roque de Souza ver matéria em nosso boletim nº CXIV-março/2017.

(3) Sobre Domingos João Freire ver matéria em nosso boletim nº CXXIV-novembro/2018.

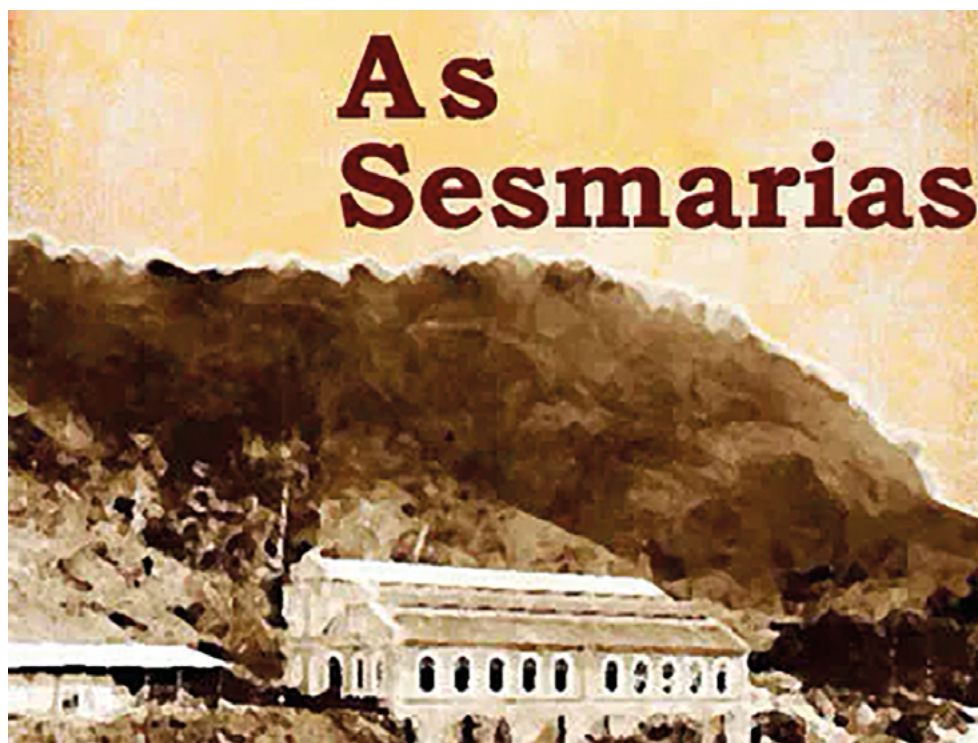
(4) Sobre o Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro ver matérias em nosso boletim nº XIV-novembro/2008 e CXXVII-abril/2018.

(5) Sobre Domingos da Costa Afonso ver matérias em nosso boletim nº CV-junho/2016.

(6) João Monteiro Lopes era natural de São João de Arcos, filho de Estevão Lopes e Maria Coelho, sendo padrinhos João Coelho e Joana Maria Silveira, filha de Paula Coelho, da mesma freguesia de São João de Arcos (do Villar). Batizado aos 15-03-1628 em Arcos do Vilar; casou em meados do século XVII com Maria Gonçalves Maria Gonçalves, batizada aos 20-02-1639, no convento de Villar dos Frades, era filha de Manoel João e Izabel Gonçalves, natural da freguesia de São João de Arcos-PT, onde foi batizada aos 20-02-1639, sendo padrinhos João Libra e Magdalena Fernandes.

(7) Domingos Gomes Galvão era n. de Setúbal, filho de Manoel Gomes e Francisca das Chagas. Já D^a Isabel de Souza Monteiro era filha de Antonio de Souza Delgado, e de Isabel Monteiro, moradores na freguesia da Sé. D^a Isabel de Souza Monteiro foi batizada aos 21-02-1699 na catedral de Salvador da Sé, cidade de Olinda, sendo padrinhos o Pe. Antonio Alves Monteiro e Águida Gomes. Domingos Gomes Galvão e Isabel de Souza Monteiro casaram-se aos 21-08-1713 na Igreja da Sé, sendo testemunhas o dr. José Ignácio de Aroche e o mestre de campo Antonio Borges da Fonseca.

Nossos agradecimentos ao pesquisador Elimar C. Santo pela transcrição do De Genere de Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão.



FILHOS DO CASAL DOMINGOS MONTEIRO LOPES E MARIANA DE SOUZA MONTEIRO

I. Maria de Souza Monteiro c/c André Martins Ferreira, este natural da freguesia de Santo Aleixo, bispado de Coimbra, comarca de Tomás, filho de Manoel Martins Ferreira e Josefa Ferreira.

Testamento e inventário de André Martins Ferreira – Cx. 570 – MRSJDR. Testamento redigido aos 04-12-1774 na Fazenda do Baú, Aplicação de Nossa Senhora da Conceição da Barra, freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João Del-Rei. Nomeou como testamentários, em 1º lugar, Maria de Souza Monteiro e o seu irmão Pe. Antonio de Souza Monteiro; em 2º lugar o genro Francisco José Teixeira e em 3º o filho Manoel Martins Ferreira. Os órfãos foram tutelados pelo irmão Manoel Martins Ferreira.

Bens mencionados e avaliados: Fazenda do Baú, de uma e outra parte do Rio das Mortes, com moinho, engenho tudo coberto de telha e senzalas de capim com serviços de água de engenho – 1:500\$000; Sítio “de parte além do Rio das Mortes” – 400\$000; Ainda “restos de terras e águas minerais por meio do Rio das Mortes com seus regos e serviços” – 500\$000; 54 escravos.

Testamento e Inventário de Maria de Souza Monteiro – Cx. C-17 – MRSJDR – Testamentários em 1º lugar o filho Dr. José Martins Ferreira; em 2º lugar o filho Manoel Martins Ferreira e em 3º o filho Félix Martins Ferreira. Inventariante o Cap. Félix Martins Ferreira, residente na Fazenda do Baú, distrito do arraial de Conceição (da Barra). Dª Maria de Souza Monteiro ditou seu testamento na Fazenda das Selas aos 10-06-1798, falecendo em novembro de 1799, não deixou bens que foram, por ela, vendidos em vida aos filhos com “aprovação de todos os herdeiros”. Assim, a fazenda do Baú foi vendida ao filho Félix por 2:842\$700 a serem pagos em 20 anos: a Fazenda da Tabatinga com suas lavras e serviços de água e escravos vendida ao filho Dr. José Martins por 4:726\$000.

FILHOS DO CASAL ANDRÉ MARTINS FERREIRA E MARIA DE SOUZA MONTEIRO:

1.1- Dr. José Martins Ferreira com 28 anos (1774) c/c Mariana Teresa de Oliveira aos 09-07-1781 em Ibituruna. Proprietário da Fazenda Tabatinga e respectivas lavras (Ibituruna). Dª Mariana faleceu aos 23-09-1796 e o Dr. José Martins antes de 1813. Casal com 8 filhos.

1.2- Manoel Martins Ferreira com 26 anos (1774); casou aos 04-07-1779 com Joaquina Maria de Oliveira. Proprietários da Fazenda Grupiara em Ibituruna, além de terras no “sertão” (em Batatais, Franca, Rio Pardo/SP para onde se mudaram vários descendentes, povoadores do oeste paulista). Casal com 9 filhos.

1.3- Ana Josefa Martins de Souza – casou aos 16-05-1774 na capela de Conceição da Barra com Francisco José Teixeira. Era já viúva em 1799, no inventário materno (Francisco José Teixeira faleceu com testamento aos 12-09-1788). Dª Ana Josefa veio a falecer aos 23-01-1808. Proprietários da Fazenda das Ilhas em Conceição da Barra. Francisco José Teixeira era natural de São Tiago de Ourille, comarca de Guimarães, arcebispado de Braga. O casal é o tronco da família “Teixeira de Souza”, cuja descendência povoou o Vale do Paraíba fluminense.

1.4 – Dr. André Martins com 21 anos em 1774 (“que se acha em Coimbra nos estudos junto com o primeiro nomeado José”). Não mais retornou ao Brasil, estando ausente no inventário materno. Foram localizados em Portugal pelo genealogista Paulo Alcobia Nunes 2 registros de casamento de Dr. André: o 1º, aos 02-04-1788 com Ana Freire de Mello, natural de Almofala, freguesia da Ajuda, concelho de Chão do Couce; o 2º aos 04-11-1801, em 2ªs núpcias, com Bernardina Angélica Cotrim. Esta, viúva em 1815, passou procuração informando, na qualidade de nora de André Martins Ferreira e Maria de Souza Monteiro, se havia bens a herdar no Brasil. O Dr. André Martins, ao que se apurou, não deixou descendência.

1.5 – Maria de Souza Monteiro casada com Jerônimo de Andrade Brito, cerimônia realizada aos 01-06-1776 na capela de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, proprietários da Fazenda das Bicas em Carrancas. Casal com 10 filhos. O Cap. Jerônimo faleceu aos 22-05-1916.

1.6- Félix Martins Ferreira com 14 anos; c/c Ana Gonçalves da Cruz, natural de Prados. Falecido aos 13-10-1808 com inventário aberto na Fazenda do Bau aos 14-11 do mesmo ano. Casal com 7 filhos. Dª Ana faleceu aos 04-12-1824.

1.7- Lauriana de Souza Monteiro casou aos 31-01-1780 na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra com o Alferes Manoel Joaquim de Andrade, nascido aos 14-11-1750. Proprietários da Fazenda do Espírito Santo em Carrancas, com testamentos datados de 26-07-1822. O Alferes Manoel Joaquim já era falecido em 1831. Dª Laureana faleceu em 1833. Casal com 4 filhos.

1.8- Inácia de Souza Monteiro com 8 anos (1774) casou aos 10-08-1785 na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra com o Cap. Domingos Ferreira de Oliveira. Proprietários da Fazenda Babilônia e Fazenda Tamanduá em Bom Sucesso. Dª Inácia era já falecida em 01-11-1809 quando o Cap. Domingos Ferreira consorciou-se em 2ªs núpcias com Violante Maria do Carmo. O Capitão Domingos, que não teve descendentes, com testamento redigido aos 16-01-1817 deixou legados para diversos sobrinhos, afilhados e expostos, um desses com o sugestivo nome de André Martins Ferreira que se tornaria conhecido sacerdote e pároco de Bom Sucesso, aí redigindo, por sua vez, seu testamento aos 16-03-1842.

O Capitão Domingos deixou como herdeira sua sobrinha Felicidade Maria de Souza e ordenou fossem rezadas 400 missas em sufrágio das almas de André Martins Ferreira e Maria de Souza Monteiro (sogros).

1.9- Mariana de Souza Monteiro com 4 anos (1774). Casou aos 21-01-1793 em Ibituruna com o Cap. Manoel Joaquim da Costa, ele então viúvo. Proprietários da Fazenda Lagoa do Sobradinho em Nepomuceno, Fazenda Passa Três em Macaia e ainda Fazenda do Sapé, Fazenda Trombucua, Fazenda Couro do Cervo, Fazenda Ribeirão de São João, Fazenda Duas Barras, Fazenda Tijuco, Fazenda Bela Cruz, Fazenda Porto Alegre etc. Casal com 13 filhos. Dª Mariana faleceu aos 26-12-1818, tendo o Cap. Manoel Joaquim se consorciado por mais uma vez. Montemor – 77:906\$066.

II. Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão – batizado na capela de São Gonçalo (Caburu) em fevereiro de 1738, tendo como padrinhos Antonio Vidal e Inácia de Souza. Em 1766, era presbítero secular, quando requereu abertura do processo “De Genere et Moribus” para habilitação às ordens sacras. Ordenado na Bahia (1766). Tinha anteriormente firmado compromisso para residir um ano no Seminário de Mariana, pedindo, contudo, interrupção por ser sua mãe viúva e ter “irmãs donzelas”, sendo ele o arrimo de família, obrigado a arcar com as despesas e dívidas familiares “como he notório”.

Em seu De Genere, Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão declarou ser natural, batizado e “morador no Rio das Mortes, freguesia de Nossa Senhora do Pilar da vila de São João Del-Rei” “filho legítimo de Domingos Monteiro Lopes e Mariana de Souza Monteiro, moradores na Boa Vista, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes”.

Apresentou como patrimônio para ordenação “hua fazenda de cezmaria, matos virgens e capoeyras na paragem chamada de Capão Escuro (...)” e “huas terras, matos virgens e capoeyras com seus logradouros junto à ponte do rio do Peixe, estrada e caminho que segue para detrás da serra da Ibeturuna (...)”.

Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão acompanhou o presbítero Lourenço da Costa Afonso para fins de ordenação na Bahia (1766), tendo Lourenço lá falecido vitimado pela variola (ver matéria em nosso boletim nº CLXVI-julho/2021).

06/08/1796 – Requerimento de Antonio Moreira de Vasconcelos e do Reverendo Antonio de Souza Monteiro Galvão referente a carta de sesmaria de meia légua de terra junto à Fazenda Boa Vista, onde moram no distrito de Santa Rita, segundo as confrontações apresentadas – APM SG-Cx.30, doc. 32 (Antonio Moreira de Vasconcelos era cunha-

do de Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão, c/c sua irmã Ana Joaquina de Souza – ver inciso VI infra).

Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão foi pároco de Campanha da Princesa (hoje cidade de Campanha/MG). Alguns registros como pároco: 16-11-1794 – testamento e sepultamento de D^a Branca de Toledo / 24-06-1790 – batizado de Ângela, filha do Cap. Antonio Francisco Xavier Grilo e de D^a Isabel Caetano (Projeto Compartilhar – Sargento Mor Francisco Félix Correa) // 15-09-1795 – batizado de Maria, filha de Matheus da Silva Passos e s/m Quitéria Maria Rodrigues (Projeto Compartilhar – Antonio Luiz de Medeiros // 11-05-1772 – casamento na capela de S. Gonçalo do Brumado de João da Costa Sampaio e Maria Ribeiro de Jesus (Projeto Compartilhar – “Os Ribeiro da Silva de São Gonçalo do Brumado).

Foi Pe. Antonio de Souza Monteiro Galvão que, em 1801, benzeu a igreja recém construída de Três Corações. Era já falecido em 1823 (inventário de seu irmão Francisco José de Souza Monteiro).

III. Domingos Monteiro Lopes de Souza – natural de Santa Rita do Rio Abaixo (Ritópolis). Casado aos 06-10-1789 na capela de Carrancas, freguesia de Lavras, com Mariana Teresa de Jesus, filha de Francisco Inácio Botelho e Maria Teresa de Araújo Meneses, moradores e proprietários da Fazenda “Ribeirão detrás da Serra de Bonsucesso”. (Microfilme 1285469, livro de casamentos n^o 1, fls, 138, Lavras).

Falecido sem testamento aos 03-11-1821 em sua fazenda Ribeirão de Trás da Serra, freguesia de Bom Sucesso, termo da vila de São José, tendo casa de morada no arraial. D^a Mariana Teresa de Jesus aparece no censo de Bom Sucesso (1831) com 62 anos, moradora do quarteirão 2, fogo 212, proprietária de 19 escravos.

Filhos do casal, conforme inventário: 1. André de Souza Monteiro; 2. Lucinda Cândida do Amor Divino c/c Cezário Francisco de Souza; 3. Venância Maria de Jesus c/c Manoel Caetano de Carvalho – casaram-se aos 10-02-1817 na capela de Nossa Senhora de Bom Sucesso, moradores e proprietários da Fazenda “Ponta da Serra” em Bom Sucesso, tendo o casal 9 filhos. Manoel Caetano de Carvalho foi batizado na capela de São Tiago aos 24-06-1792, filho do Alferes Pedro Rodrigues de Faria e Ana Maria de Jesus. Faleceu sem testamento aos 19-08-1866. Venância Maria de Jesus faleceu aos 27-02-1840 (Projeto Compartilhar – Ana Maria de Jesus); 4. Emerenciana Cândida de Jesus solteira, com 15 anos em 1822. Casou com Carlos Ribeiro de Jesus aos 01-10-1837 na capela de Bom Sucesso (Projeto Compartilhar – Rosa de Oliveira e Lima).

D^a Mariana Teresa de Jesus era natural de Carrancas, nascida aos 07-12-1769 e aí batizada aos 20-01-1770. Seu pai, Francisco Inácio Botelho era natural da vila de Covilhã, distrito de Castelo Branco, bispado da Guarda, Portugal (Projeto Compartilhar – Francisco Inácio Botelho).

(Projeto Compartilhar – Inventário de Domingos Monteiro Lopes de Souza - 1822 – Cx. 140 – MRSJDR).

Curiosidade - O Alf. Domingos Monteiro Lopes aparece como credor de Ana Josefa de Souza, viúva de Francisco José Teixeira, proprietários da Fazenda das Ilhas em Conceição da Barra de Minas no valor de 336\$748 (Inventário Cx. 264 – MRSJDR, data de 14-05-1808).

IV. Isabel Inácia de Souza – moradora em Santa Rita do Rio Abaixo, freguesia de São João Del-Rei, tendo ditado, porém, seu testamento em Conceição da Barra aos 21-02-1818, escrito a rogo pelo Pe. João de Castro Guimarães, por não saber ela “ler e escrever”. Faleceu aos 05-12-1830 com inventário no ano seguinte aberto pelo testamenteiro e inventariante Domiciano Antonio de Souza Monteiro. Solteira, deixou seus bens (herdeira universal) para a sobrinha Inácia Simpliciana de Souza. Inventário aberto aos 05-12-1831 (Inventário Isabel Ignácia de Souza – 1831 – Cx. 560 – MRSJDR).

V. Inácia Apolônia de Souza – n. e batizada na capela de São Gonçalo do Brumado. Casada aos 04-10-1773 na capela de São Gonçalo com Antonio José de Mattos Carrilho, ele natural da freguesia de Penha Longa, bispado do Porto, filho de Luiz Moreira e Maria Carneiro. Proprietários da Fazenda da Chácara em Santa Rita do Rio Abaixo, termo da vila de São José (sic) Inácia Apolônia faleceu aos 14-09-1817 com testamento feito a rogo por José da Fonseca Costa da vila de São João Del-Rei aos 13-07-1812, sendo inventariante seu genro Antonio Moreira. Nomeou como 1^o testamenteiro seu irmão o Alfe-

res Domingos Monteiro Lopes de Souza “morador ao pé da serra de Bonsucesso”.

FILHOS DO CASAL ANTONIO JOSÉ DE MATOS CARRILHO E INÁCIA APOLÔNIA DE SOUZA:

1. Mariana de Souza Monteiro, nascida em Santa Rita do Rio Abaixo em 1777, casada aos 29-04-1793 na capela de Santa Rita com João Coelho dos Santos. Proprietários da Fazenda da Serra em Santa Rita do Rio Abaixo, casal com 7 filhos. João Coelho faleceu aos 11-11-1826 e D^a Mariana aos 24-05-1855.

Curiosidade; Uma de suas filhas, Mariana Cândida dos Santos, nascida em 1804, casar-se-ia em 1831 com Crispiniano Antonio dos Santos, tendo o casal 3 filhos. Com o falecimento de D^a Mariana (18-06-1840), o viúvo Crispiniano tornou-se padre e oportunamente pároco de Santa Rita do Rio Abaixo, atual Ritópolis (Projeto Compartilhar – Genoveva de Almeida e Silva).

2. Inácia Simpliciana de Souza c/c Antonio Nogueira, natural do Porto, arcebispado de Braga, filho de Antonio Nogueira e Maria Josefa. Falecido aos 21-12-1827 com inventário aberto pela viúva aos 05-04-1828 na vila de São José e aí sepultado na matriz aos 27 do mesmo mês. Casal com seis filhos.

3. Ana Fortunata de Souza, solteira, ditou seu testamento aos 30-08-1831 em Santa Rita do Rio Abaixo, onde era proprietária de terras em sua periferia, além de terras no Rio do Peixe, em Conceição da Barra. Faleceu aos 21-10-1831.

4. João Gualberto de Souza – casou-se aos 02-07-1815 na capela de Conceição da Barra com Jesuína Augusta de Paula e Souza, filha de João Baptista Ribeiro e Francisca de Paula e Silva.

VI. Ana Joaquina de Souza – batizada na Igreja do Pilar em São João Del-Rei; casou em fevereiro de 1760 na capela de Santa Rita do Rio Abaixo (Ritópolis) com Antonio Moreira de Vasconcellos, n. da freguesia de Santa Maria da Penha, Concelho do Bem Viver, bispado do Porto, tendo (o casal) os seguintes filhos: Antonio Moreira de Vasconcellos, Francisco Moreira de Vasconcellos e Luciana Maria de Jesus. Foram moradores no arraial de São Gonçalo do Brumado (Caburu) onde tinham casas e negócios em sociedade com Antonio de Mattos Carrilho. Antonio Moreira de Vasconcellos faleceu ab-intestado aos 10-05-1777.

VII. Francisco José de Souza Monteiro – batizado na capela de São Gonçalo aos 21-11-1753; casado com Maria Perpétua de São José na capela de Santa Rita (Ritópolis) aos 15/09/1807. D^a Maria Perpétua era n. da vila de São João Del-Rei e batizada na capela de São Gonçalo, filial de São João Del-Rei, aos 07/07/1761 e fora exposta na casa do Alferes José da Costa Homem.

Francisco José de Souza Monteiro faleceu aos 13-08-1821 com testamento, na Fazenda Mundo Novo, termo de Campanha/MG Um de seus filhos e homônimo Pe. Francisco José de Souza Monteiro foi batizado aos .../05/1808 na capela de São Gonçalo do Brumado.

(Fonte: “De Genere” do filho homônimo Pe. Francisco José de Souza Monteiro (1823 – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-AEAM Ref. 2294/13/0472).

SESMEIRO ANTONIO MONTEIRO

Carta de sesmaria expedida aos 12-04-1747 (Revista do APM período 1746-1750, vol. 14, ano 1909, pp. 17/209).

CINE ODEON MÚSICA, FOOTING E O SANTO

"Existem Mundos Perdidos. Com certeza existem. Se antes eram a nossa realidade, o dia a dia da nossa vida, depois, por alguma interseção, algum desvio ou interrupção na história, migram para cantos isolados e perdidos da memória. Não necessariamente morrem, mas ficam escondidos esperando que sejam lembrados enquanto existirem quem neles viveram ou surjam outros que se importem e queiram conhecê-los."

O cinema é uma forma de arte que possui o poder de visitar outros mundos: mundos de hoje, do passado e futuro; de teor realista ou fictício; dimensões de fantasia ou terror; ambientes românticos ou dramáticos. O Cine Odeon é um Mundo Perdido, o que torna plausível a possibilidade de ser visitado pela arte do cinema num exercício curioso de metalinguagem. Não seria algo inédito, haja vista "Cinema Paradiso". Este filme a ser gravado não precisa necessariamente ser feito em película. Pode ser feito por memórias e projetado em nossos olhos fechados.

O Cine Odeon de São Tiago e o seu idealizador e construtor Sr. Glauro Rezende de Castro, unidos tal qual criador e criatura, ultimamente tem recebido uma bem vinda onda de atenção memorialística. Alguns exemplos podem ser pinçados, dentre outros, para dar um contorno a esta onda de forma geral e justificar essa revitalização do assunto.

Em 05/09/2011 a Lei Ordinária 3247/2021 foi promulgada pela Câmara Municipal de São Tiago destinando a uma rua do loteamento Bom Destino o nome do Sr. Glauro em reconhecimento a sua importância na história de costumes da cidade.

Na década passada foi lançado o filme audiovisual "Cide Odeon: Memórias Sonoras", de Mariana Fernandes. Um belo curta-metragem documentário carregado de um toque delicado que através de depoimentos singelos e sinceros traça um retrato de época. Pena que o curta seja realmente curto, sendo produzido de forma caseira com provável dificuldade, pois o material é muito amplo e causa um natural interesse.

Finalmente dever ser ressaltado o trabalho pessoal e cuidadoso de Helton Reis de Castro, filho do Sr. Glauro, que agindo em várias frentes começa por fazer a manutenção, digitalização e disponibilização do acervo salvo e restante do cinema. Depois, publica matérias e utiliza redes sociais para também manter essa história um pouco viva.

Com este contexto a história cronológica e factual do cinema fica bem explorada, com seu início de sonho, as dificuldades iniciais, o apogeu, a desvalorização da atividade, a venda da empresa e a sequência dos últimos administradores. Os filmes e atores que mais se destacaram foram agraciados bem como a utilização do prédio para usos diversos. Assim, a intenção desta resenha é observar a história por outros ângulos, retirando substância daquilo que orbitava em volta da tela de projeção, daquilo que os seres humanos inventam para viver, afinal, certo conjunto de coisas tem parte de responsabilidade na montagem da nossa personalidade, nossa bagagem existencial.

Mas sempre há tempo para uma história com humor. Os filmes com longa duração, bem acima do normal, eram distribuídos em dois rolos independentes. Logo, era necessário no meio da seção fazer uma interrupção na projeção, acender as luzes enquanto os rolos eram trocados. Uma porta late-

ral era aberta e algumas pessoas saíam para um corredor externo. Alguém em algum lugar disse que o filme "Bem-Hur" era tão longo que era necessária uma pausa para recreio no meio da exibição!

O Cine Odeon compôs e divulgou a sua própria trilha sonora, efetivamente utilizada em vários aspectos de seu funcionamento durante toda a sua existência. Entre os equipamentos do cinema encontrava-se, além do fundamental projetor, um sistema de som simples composto provavelmente por um reproduzidor musical, uma vitrola ou algo similar, microfone e autofalantes. O Cirilo e o Chico do Maeca foram operadores deste primitivo aparato tecnológico, sendo frequentemente lembrados por isso. Avisos e músicas eram divulgados através dos autofalantes desde o início dos trabalhos até o começo efetivo do filme. Faziam o chamamento da população para a próxima seção informando horários, nome da película e nome dos atores mais famosos. Músicas eram tocadas por escolha dos próprios operadores respeitando os sucessos do momento, ou atendendo aos pedidos das pessoas em busca de entretenimento. A música tocada era um meio bem eficiente de aviso, pois a capacidade de propagação do som naquele ambiente sem ruídos poluentes atingia pessoas em lugares bem distantes.

As músicas iam se sucedendo até o instante em que as luzes principais se apagavam. Não era o escuro exigido pelas salas de projeção e ainda restavam luzes com uma tonalidade mais fraca, instaladas em uma espécie de sanca, disposta no topo das paredes laterais. E finalmente uma última música marcante encerrava o protocolo que antecedia ao início da projeção. A música em questão era o Concerto Nº 1 de Tchaikovsky. Como esse título era desconhecido por simples e completa falta de informação, cada audição acidental no futuro era um alívio como recuperar algo perdido. O lado bom da internet ajudou na elucidação do mistério e o registro foi concluído.

O cantor Nilton Cesar, mineiro de Ituiutaba, iniciou a carreira no começo da década de 60, passando pela jovem guarda com um status de 2ª prateleira com alguma visibilidade, alcançando sucesso com a gravação de "Professor Apaixonado". Com o tempo solidificou sua posição dentro do gênero Brega Romântico, aqui considerando classificação e não crítica pejorativa, apesar da voz empastada, pronúncia marcante dos erres da letra e preferência por temas com exageros românticos e excessos sentimentais. Em 1971 lançou talvez seu maior sucesso "Férias na Índia" e no mesmo disco, "A Namorada que Sonhei", motivo da lembrança.

O sucesso desta música especificamente em nossa cidade foi massivo, saturante e perturbador. Ela foi repetida a exaustão, podendo ser ouvida a qualquer hora, nas poucas radiolas e vitrolas, nos rádios que sintonizavam emissoras distantes através de ondas curtas e, é lógico, pelo serviço sonoro do Cine Odeon, com certeza o principal ativo desse fenômeno. Numerosas vezes ela era jogada nos autofalantes intencionalmente com chamariz atraindo a clientela. E em muito mais vezes era tocada para atender aos pedidos do público.

Duas coisas a dizer sobre o nome desta música, "A Namorada que Sonhei": um, se não fosse tão longo estaria no título deste texto; dois, ele é muito facilmente trocado em publicações e conversas por "Receba as Flores que lhe Dou", erro previsível por ser um dos versos fortes da letra.



Fachada do Cine Odeon, arquivo pessoal de Helton Reis de Castro



Fonte: Discogs.com

décadas anteriores à televisão, coincidente com a época de ouro do Cine Odeon, como um organismo tradicionalista, conservador, patriarcal e sectário em alguns pontos, na medida do esperado. Havia restrições e carências em oportunidades de diversão e convívio social além das datas festivas religiosas ou cívicas, ou um ou outro evento comemorativo particular, ou bailes eventuais. A cidade dos bares não disponibilizava ambientes considerados convidativos e adequados para boa parte da população como jovens, público feminino e grupos familiares. Nada de pizzaria, nada de lanchonete, nem mesmo um simples restaurante atendia a este espectro da população. Este foi um nicho que o Cine Odeon preencheu, intencionalmente ou não, por um caminho alternativo, sem contorno comercial.

Apesar de serem oferecidas as matinês, projeções diurnas principalmente nos fins de semana, as seções noturnas eram muito mais prestigiadas causando espera e expectativa. Com os primeiros avisos difundidos pelo sistema de autofalantes, com o adorno das músicas de sucesso, a comunidade era lembrada de que a próxima seção de cinema estava chegando. E pouco a pouco, como sempre e de costume, as pessoas iam chegando e logo uma pequena multidão tomava aquele meio quarteirão da Rua Cel. Benjamim Guimarães frente ao cinema.

Os presentes se dividiam em dois grupos. O primeiro eram aqueles que resolviam fazer o "Footing", o "fazer a avenida", passeando pelo calçamento de um lado para o outro, em um moto contínuo. O segundo eram aqueles que ficavam estacionados nos passeios. Quem caminhava normalmente eram grupos de moças, casais de mãos dadas e casais lado a lado a procura de um acordo. Nos passeios, rodinhas de conversa majoritariamente masculinas, ou até rodinhas mistas. Em posição de vigília, observando o movimento, os tímidos, os solitários eventuais ou não, e aqueles com olhos de rapina.

Os grupos de moças às vezes optavam por andar todas de braço dado como uma blitzkrieg alemã delicada ou como uma falange macedônia sem as lanças. Talvez o grupo ancorado em si mesmo trouxesse uma sensação de segurança, apoio e cumplicidade contra o que tivesse que ser confrontado e combatido, ou um incentivo para alguma delas em particular na busca de coragem para se tomar uma decisão. Algo como em conjunto encerrar furiosamente, fuzilando raiva e desaprovação, algum péssimo namorado de alguma delas. Algo como dar um empurrão na colega rumo a algum possível bom namorado.

Quando o significado é reduzido exaustivamente à sua essência mais pura, nota-se que, além de toda aquela encenação social e dos aspectos utilitários provocados por uma seção de cinema, o verdadeiro jogo era observar e ser observado, pesquisar e permitir ser considerado, fazer uma busca, achar e simultaneamente ser encontrado.

O "Footing" era um ambiente aberto e seguro, sem nenhuma intimidade que servisse de cortina para segredos. A multidão era testemunha de si mesma. O certo é que relações foram criadas, amizades foram fundamentadas, um marco do tempo foi cravado para a orientação das memórias de muitos, um sentido de pertencimento talvez percebido. Casais se formaram, casais foram desfeitos e casais não tiveram nenhuma chance. Jovens namorados brigaram, sofreram e se separaram. A sabedoria adulta erra grosseiramente em desvalorizar a dor em amor juvenil. No mínimo todos, em alguma medida, se divertiram.

Pode ser salutar analisar o passado em busca de entendimento, mas, simetricamente parece um pouco desonesto avaliá-lo com o olhar com valores de hoje. Sem críticas, caracterizava-se a sociedade santiaguense, como muitas cidades pequenas do interior nas

Observação: esta cena não é de São Tiago e é um pouco mais antiga do que deveria ser, mas serve de referência na ilustração do Footing, na falta de uma foto que nos represente.



Fonte: Facebook – Antigamente em Presidente Prudente

Quanto ao Santo, é uma história surpreendente! Rodolfo Guzmán Huerta (1917-1984) era um mexicano de origem simples que encarnou três vidas: a vida civil como a maioria; a vida de lutador profissional da "Lucha Enmascarada" tornando-se o ídolo máximo e imortal do seu país; e a vida de ator, representando a si mesmo em filmes em um reconhecimento advindo da própria carreira.

Antes do sucesso foi marceneiro, pintor, tentou o beisebol e o futebol até ingressar na "Lucha Libre", um espetáculo popular que fez muito sucesso a partir de 1930 sendo uma versão de wrestling importada dos Estados Unidos. O nome acessório de "Lucha Enmascarada" surge do costume dos lutadores de usarem máscaras, que em uma tese duvidosa preservava suas verdadeiras identidades, mas na verdade era uma jogada de marketing. Retirar a máscara do adversário durante a luta era sempre um objetivo na busca de prestígio. A luta na verdade era, e ainda é hoje, uma encenação atlética com coreografia ensaiada e resultado pré-definido, o que não desobrigava os lutadores a não fazer um treinamento duro para efetuar os movimentos e golpes sem o risco de lesões. Os lutadores eram ídolos idolatrados, com fama, status elevado e reconhecimento popular.

Adotando o nome de "El Santo", após alguns outros que não vingaram, lutou por décadas usando uma máscara prateada que nunca foi arrancada, sem nunca perder um combate. Mostrou seu rosto ao público em um programa televisivo na aposentadoria. Tornou-se um herói reconhecido pela cultura popular do México, um ícone por mundial, personagem de quadrinhos e uma lenda com direito a um museu.

O sucesso trouxe a realização de filmes, 54 ao todo, onde o próprio Santo era um herói peregrino enfrentando monstros e perigos bizarros: mulheres vampiras, múmias, zumbis e marcianos! Tudo tão ruim e com baixíssima qualidade que qualquer sentimento de simpatia retroativa não poderia ajudar a superar. Entretanto os filmes tiveram distribuição mundial com relativa aceitação. Na França era conhecido como "Superman"; na Inglaterra como "The Saint"; na Itália "Argos" e nos Estados Unidos "Sansón". E os filmes fizeram sucesso em São Tiago! Afinal, não somos o que éramos, o que pode ser bom ou ruim, mas deve ser o correto.

Até hoje a frase de apresentação "El Santo, el enmascarado de la Plata", transformada por um portunhol simplista em "Santo, el Mascado de Plata" é dita, aqueles que viram reagem na hora. Eu lembro!

Certa vez tive a oportunidade de ir ao México e conversando com um porteiro de hotel passamos por Copa do Mundo em Guadalajara, o ator cômico Cantinflas e o Santo, que eu disse conhecer. A reação dele foi de total surpresa, como surpreendente é esta história.

Uma frase feita, um lugar comum, é sempre dita quando um esforço de memória traz de volta em detalhes e sentimentos, de forma viva e emocional, fatos de um passado especial. Diz-se que um filme passou na nossa cabeça, poeticamente em nossos olhos. O Mundo Perdido do Cine Odeon continua projetando estes filmes.



Fonte: Site guaiingleses.com.br

Fabio Antônio Caputo, Engenheiro civil aposentado e cinéfilo que cursou o Cine Odeon



Biografia de Clara Nunes

40 anos de falecimento

Clara Nunes nasceu em Paraopeba, MG, em 12 de agosto de 1943. O pai, Mané Serrador, era violeiro e cantador de folias-de-reis. Órfã desde pequena, aos 16 anos foi para Belo Horizonte, onde conseguiu empregar-se como operária numa fábrica de tecidos.

Por essa época cantava no coral de uma igreja, ao mesmo tempo em que, ajudada pelos irmãos, concluía o curso normal. Em 1960 foi a vencedora da final do concurso A Voz de Ouro ABC, em sua fase mineira, com Serenata do Adeus (Vinícius de Moraes), e obteve o terceiro lugar, na finalíssima realizada em São Paulo, com Só Adeus (Jair Amorim e Evaldo Gouveia). Contratada pela Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte, durante um ano e meio teve um programa exclusivo na TV Itacolomi. Nessa mesma época, cantava em boates e clubes, tendo sido escolhida, por três vezes, a melhor cantora do ano.

Em 1965 foi para o Rio de Janeiro e passou a apresentar-se na TV Continental, no programa de José Messias. Ainda nesse ano, após teste, foi contratada pela Odeon, que, em 1966, lançou seu primeiro LP, A voz adorável de Clara Nunes, em que interpreta boleros e sambas-canções. Em 1968, gravou Você passa e eu acho graça (Araulfo Alves e Carlos Imperial), que foi seu primeiro sucesso e marcou sua definição pelo samba.

Em 1972, além de ter realizado seu primeiro show, Sabiá, sabiô (com texto de Hermínio Bello de Carvalho), no Teatro Glaucete Rocha, no Rio de Janeiro, lançou o LP Clara, Clarice, Clara, com músicas de compositores de escolas de samba e outras de Caetano Veloso e Dorival Caymmi. Ainda nesse ano, gravou o samba Tristeza pé no chão (Armando Fernandes), apresentado no Festival de Juiz de Fora, que vendeu mais de 100 mil cópias. Em fevereiro 1973, estreou no Teatro Castro Alves, em Salvador, com o show O poeta, a moça e o violão, ao lado de Vinícius de Moraes e Toquinho. Em 1973 gravou na Europa o LP Brasília e, no Brasil, o LP Alvorecer, que chegou ao primeiro lugar de todas as paradas brasileiras com Conto de areia (Romildo e Toninho). Em 1974, ao lado de Paulo Gracindo, atuou no Canecão, no Rio de Janeiro, na segunda montagem do espetáculo Brasileiro, profissão esperança, de Paulo Pontes (do qual foi lançado um LP), que contava as vidas de Dolores Duran e de Antônio Maria. Em 1975, ano do seu casamento com o compositor Paulo César Pinheiro lançou Claridade, seu disco de maior sucesso. Outro grande sucesso veio em 1976, com o disco Canto das três raças. Em 1977 lançou As forças da natureza, disco mais dedicado ao samba e ao partido-alto. Em 1978 lançou o disco Guerreira, interpretando outros ritmos brasileiros. Em 1979 lançou o disco Esperança. No ano seguinte veio Brasil mestiço, que incluiu o sucesso Morena de Angola, composto por Chico Buarque para ela. Em 1981 lançou Clara, com destaque para Portela na avenida. No auge como intérprete, lançou em 1982 Nação, que seria seu último disco.

Morreu em 02 de Abril 1983, depois de 28 dias de agonia, hospitalizada após um choque anafilático ocorrido durante uma cirurgia de varizes. Em dezembro de 1997, a gravadora EMI reeditou a obra completa da artista, em 16 CDs remasterizados no estúdio de Abbey Road, em Londres, e embalados em capas que reproduzem as originais.



Biografia de Waldir Azevedo

100 anos de nascimento

Waldir Azevedo, instrumentista e compositor, nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 27/1/1923 e faleceu em São Paulo em 21/9/1980. Nascido no bairro da Piedade e criado no Engenho Novo, aos sete anos comprou uma flauta transversal com o dinheiro obtido na venda dos passarinhos que apanhava.

Influenciado por amigos com que se reunia aos sábados para tocar, resolveu trocar a flauta pelo bandolim. Passou depois para o cavaquinho, instrumento que deixou de lado quando entrou em moda o violão elétrico.

Por essa época também tocava violão, mas foi como flautista que se apresentou em público pela primeira vez, no Carnaval de 1933, executando o Trem blindado (João de Barro) no Jardim do Meyer.

Problemas cardíacos o impediram de realizar seu sonho de ser aviador, e empregou-se na Light. Em 1945, quando passava a lua-de-mel em Miguel Pereira/RJ, recebeu um telefonema de um amigo, avisando sobre uma vaga no regional de Dilermando Reis, em um programa da Rádio Clube do Brasil. Tocou cavaquinho durante dois anos no conjunto, assumindo sua liderança em 1947, com a saída de Dilermando Reis.

Sua primeira composição foi o choro Brasileiro, cuja parte inicial é quase toda numa só corda, gravado na Continental, por sugestão de João de Barro, diretor artístico da gravadora. A década de 1950 representou o ponto mais alto de sua carreira, fazendo muito sucesso com as composições Delicado (baião), Pedacinhos do céu, Chiquita e Vê se gostas, entre outras.

Durante 11 anos percorreu a América do Sul e a Europa, incluindo duas excursões patrocinadas pelo Itamarati, na Caravana da Música Brasileira, e nas outras com o seu conjunto. Suas músicas foram gravadas no Japão, Alemanha, EUA., onde o disco de Percy Faith e sua orquestra, com a faixa Delicado, vendeu mais de um milhão de cópias.

Participou de um programa na B.B.C. de Londres, Inglaterra, transmitido para 52 países. Teve 132 músicas gravadas, entre chorinhos, valsas e baiões, lançou 20 LPs (um deles com Jacó do Bandolim) e cerca de 50 discos de 78 rpm. Em 1964, por morte de sua filha, afastou-se dos meios musicais.

Mudou-se para Brasília/DF em 1971, onde sofreu um acidente com um cortador de grama em que quase perdeu seu dedo anular, impedindo-o de tocar durante um ano e meio. Recuperou-se somente depois de várias cirurgias e muitos exercícios, voltando a gravar.

FLASHES DO DIA A DIA CADA COISA QUE SE VÊ E SE OUVE...

1- Aquela jovem e talentosa pesquisadora encontra, em nosso boletim, matéria útil ao seu trabalho acadêmico (mestrado). Comenta junto ao seu orientador, um professor universitário de renome, a possibilidade/perspectiva de incluir (fazer menção a matéria em seu trabalho, por ela encontrada no boletim), recebendo a desconcertante resposta:

- Não queira desvalorizar a si e ao seu trabalho...

Nosso comentário: para isso é que serve a universidade: petulância, arrogância, desprezo para com iniciativas populares a exemplo de nosso boletim... Nós que trabalhamos com micro-história, com cultura oriunda da base, sem nenhum apoio para pesquisas, que pagamos escorchantes impostos para manter inclusive a universidade pública, deveríamos merecer mais respeito...

2- O cidadão, no tempo das vacas magras, início de carreira, participava de uma empresa mercantil com negócios na região, ali ocupando funções representativas, regimentais que lhe rendiam uma parca remuneração, porém fundamental para ele, naqueles duros tempos, tanto que esperneava pelos citados cargos.

Enriquecendo-se, graças a heranças ou jogos da sorte, mais um dos “donos da cidade”, não mais prestigiou a antiga entidade, simplesmente dali desaparecendo.

Contactado pelo gerente da empresa, saiu-se com essa: - Te enxerga pô. Agora sou pop-star e não me cai bem frequentar e muito menos movimentar negócios em sua joça...

3- A cliente de origem operária, pessoa diligente e operosa, adentra a loja de roupas no centro de uma cidade da região Agrada-se de uma calça, modelo jeans skinny, espanando-se, todavia, com o preço afixado; 4 pagamentos de R\$ 89,90. Manifesta surpresa com o valor, ouvindo da proprietária o seguinte: - meus produtos são para pouquíssimos gostos e ...bolsos. Não são para o seu bico!

4. Ora, prá quê estudar, trabalhar? Aquela senhora gabava-se dos consideráveis recursos oficiais amealhados por ela e familiares (algumas filhas) via “auxílios” sociais do Governo, não precisando, segundo ela, “trabalhar para patrões”.

As filhas, todas jovens mães solteiras, recebiam “auxílio Brasil” em dobro, porquanto consideradas “chefes de família”. Algumas ainda recebiam pensão alimentícia ou ajuda de custo de ex-companheiros. Afora, vale gás, tarifa social para energia elétrica, entrando ali naquela casa “bons” e robustos cifrões mensais. Mais ajuda para filhos menores. Ninguém ali trabalhava. Vestiam-se, porém, do melhor, dando-se ao luxo até de frequentar lojas de grife, praias e ressortes...

Para quem nunca soube o que é pagar Imposto de Renda (ou melhor ser extorquido), custear abusivos “planos de saúde” – hoje um pesadelo para o cidadão comum – poder viver às custas do Erário, ou seja da população trabalhadora, é um paraíso...A classe média paga o pato, não tendo como fugir aos extorsivos achaques da Receita em seus bolsos...

5. Nosso País nos oferece situações insólitas, onde os bilhões (na verdade trilhões) arrecadados só servem para beneficiar minorias privilegiadas, ao lado de corruptos, pouco sobrando para investimentos e edificação de uma nação mais equânime, mais justa. A insegurança jurídica é, ademais, um gargalo em nosso desenvolvimento e em nossa estabilidade constitucional.

Advogado que atuou, por décadas nos fóruns, comentava a respeito de decisões esdrúxulas, da qual ele tomou parte, com sérias implicações econômicas:

- Uma instituição bancária financiou a compra de uma moderna máquina agrícola – uma colhedeira – sendo a própria máquina a compor o rol das garantias (alienação) da operação de crédito. Eis que o mutuário (tomador do crédito) não quita o empréstimo. Enrola, desconversa, dá o cano. A instituição bancária requer a apreensão da máquina, o que é negado pela justiça, atendendo “justificativas” do caloteiro de que dependia da máquina para sobreviver, que era bem de subsistência (seu ganha pão) e baboseiras tantas. Calote referendado judicialmente, tempo suficiente para o cidadão sumir com a máquina e do mapa...

- Outra pérola narrada pelo velho causidico – O cidadão, no caso um executivo de estatal, pessoa acima de qualquer suspeita, de bom conceito social e financeiro, toma um empréstimo junto a uma casa bancária privada, dando como garantia uma (outra) casa residencial de sua propriedade, proprietário que era de duas casas. Nesse período, na surdina, ele “vende” a casa onde residia, para familiares (uma irmã), passando a residir na casa que dera em garantia à operação de crédito. Fraude pura e simples. No vencimento do empréstimo, neca. Procurado pela instituição credora, afirma não ter como pagar. Ajuizado, a ação não dá em nada. O cidadão alega ter apenas a casa onde residia (dada em garantia) no empréstimo, sendo essa judicialmente impenhorável.

Total má fé e dolo que deveriam ser punidos rigorosamente! Mas, nesse País de Cabral...

Ainda duvida que a Terra é redonda?

Veja como os gregos provaram isso há 2 mil anos

Melissa Hogenboom



Retrato da Terra feito por satélite americano

O rapper Americano B.o.B recentemente recorreu ao Twitter em uma missão para convencer seus seguidores de que a Terra é plana.

Ele tuitou uma fotografia explicando que a distância entre o objeto em primeiro plano e o horizonte ao fundo era de quase 26 km, e pergunta: “Cadê a curva? Alguém pode explicar, por favor?”

Milhares de pessoas retuitaram o comentário, outras tentaram argumentar com ele – inclusive o astrofísico e apresentador de TV Neil deGrasse Tyson. Mas B.o.B não se convenceu.

Como, então, podemos afirmar com tanta certeza que a Terra é redonda? Começemos com algumas fotos.

Na primeira foto desta reportagem, é possível ver a Terra a uma distância de 1,6 milhão de quilômetros. A imagem foi composta por

uma série de fotos tiradas por uma câmera da Nasa instalada no satélite Deep Space Climate Observatory.

Acima está um retrato da Terra vista a partir da Lua. A Lua, como todos nós podemos ver no céu, também é redonda. Mas nada disso parece arrebatá-lo B.o.B, porque ele também acredita que as fotos feitas pela Nasa são forjadas.

FILOSOFIA E MATEMÁTICA

Independentemente do que ele ou outros acreditem ser a verdade, há um fato interessante a levar em conta: o Homem já sabia que a Terra era redonda antes mesmo de dominar as viagens espaciais.

Há mais de 2 mil anos, o filósofo grego Aristóteles já tinha entendido tudo. Em seu livro Sobre o Céu, ele escreveu: “Novamente, nossas observações das estrelas tornam evidente que não só a Terra é circular, como também se trata de um círculo não muito grande. Uma pequena mudança de posição para o sul ou para o norte provoca uma alteração nítida no horizonte”.

Em outras palavras, as diferentes constelações que vemos no céu dependem de onde estamos. O firmamento observado no Hemisfério Norte não é o mesmo no Hemisfério Sul. Se a Terra fosse plana, veríamos sempre as mesmas estrelas de qualquer ponto e a qualquer momento.

Outro grande pensador e matemático grego, Eratóstenes, foi além e conseguiu medir a circunferência da Terra. Ele descobriu que ao meio-dia, em uma certa cidade do Egito, o Sol estava sempre acima da sua cabeça. Mas em outra localidade, o Sol não subia tanto naquela exata hora do dia.

Eratóstenes conhecia a distância entre as duas cidades, mediu a altitude do Sol em cada uma ao meio-dia, e aplicou um pouco de trigonometria. Seu método pode ter sido um tanto rudimentar, mas ele certamente estava na pista certa.

Desde então, o fato de a Terra ser redonda se tornou o senso comum, pelo menos entre as pessoas mais poderosas e ilustradas.

Mais recentemente, muitos exploradores conseguiram completar a volta ao mundo. O português Fernão de Magalhães circumnavegou a Terra entre 1519 e 1522, algo que teria sido muito mais difícil de fazer caso o planeta tivesse uma borda.

No entanto, mesmo antes do feito de Magalhães, navegadores mais atentos já tinham percebido que a Terra era redonda, ao observarem que, ao apontar rumo a um objeto alto, como uma montanha, o topo aparece sobre o horizonte antes de todo o resto.



Terra vista a partir da Lua

CULTURA POPULAR

Saiba a origem e o significado de ditados e expressões. Palavras apropriadas pelos ditos mudaram de sentido. Mesmo assim, permanecem sendo faladas

Carolina Pompeo

Muitas expressões que falamos hoje nasceram séculos atrás, com outra forma e outro sentido. A tradição oral se apropria das palavras e seus sentidos e promove adaptações conforme o contexto histórico. O professor de Língua Portuguesa Reinaldo Pimenta diz que a história das palavras é a história do próprio homem. “Elas nascem e atravessam idiomas, mudando quase sempre na forma – para se adaptarem à fala de um povo – e muitas vezes no conteúdo, revelando o olhar e o pensar dos novos usuários”, escreveu na apresentação do livro *A Casa da Mãe Joana*, uma coleção de origens curiosas de palavras e frases populares.

A professora de Língua Portuguesa do Colégio Marista Paranaense, Eliane Vitore, explica que as expressões populares são criadas por meio do senso comum, da aplicação de conceitos religiosos, morais e filosóficos. “São expressões utilizadas no nosso cotidiano, vencendo a barreira do tempo. São parte da cultura de um povo, uma comunidade. Além de uma forma de comunicação, também enriquecem a língua, pois as palavras unidas possuem significados distintos dos vocábulos isolados.”

A *Gazeta do Povo* resgatou a história por trás de algumas das expressões mais comuns do linguajar coloquial brasileiro:

ABRAÇO DE TAMANDUÁ

Tamanduá tem origem no tupi (tá-moñduá) e dá nome a um caçador de formigas. Mamífero e desdentado, o bichinho parece não representar grande perigo para ninguém. Ledo engano. Não é à toa que “abraço de tamanduá” ganhou o sentido de “abraço de amigo falso”. Quando o tamanduá avista um inimigo, ergue-se nas patas traseiras e abre as dianteiras para aquele abraço. Diante de recepção tão calorosa, o inimigo se aproxima. E aí que o tamanduá se revela: abraça a vítima e lhe crava as unhas nas costas.

ARRANCA-RABO

Atire a primeira pedra que nunca teve ou testemunhou um arranca-rabo na vida? Pois é, a expressão faz referência a uma grande discussão ou briga envolvendo muitas pessoas. A origem da expressão remonta às batalhas de muito antigamente, quando arrancar o rabo do cavalo do inimigo era visto como uma façanha digna dos maiores guerreiros. A mania chegou a Portugal e ao Brasil – aqui, os cangaceiros aderiram à prática e passaram a descaudar o gado das fazendas como forma de humilhar os proprietários.

RODAR A BAIANA

Quando alguém ameaça rodar a baiana, sai de perto: é confusão na certa. Mas e a baiana, o que tem a ver com gente armando barraco?

A expressão tem origem no carnaval do início do século 20, quando alguns engraçadinhos tinham a péssima mania de distribuir beliscões no bumbum das mulheres. As tradicionais baianas também eram vítimas do assédio. Revoltadas, passaram a desfilar com capoeiristas disfarçados, fantasiados tal qual uma baiana. Porém, ao receber um beliscão inapropriado, os capoeiristas revidavam com navalhas. Eis a cena: beliscão, giro da baiana, confusão.

O FIM DA PICADA

Picada é aquela faixa limpa de terra, entre a roça e o mato, para evitar que o fogo ateado no roçado não alcance o mato. O fim da picada é, portanto, um local perigoso para quem estiver ateando o fogo no roçado. Picada também é a trilha feita geralmente a facão para facilitar a passagem por meio da mata e marcar o caminho para a volta. Uma pessoa que desaparece em uma dessas trilhas é facilmente encontrada pois, em tese, basta seguir a picada. Mas, se se chega ao fim da picada sem encontrar o desaparecido, significa que algo muito grave aconteceu com a pessoa – do contrário, a picada continuaria. Assim, fim da picada serve para falar de situações ruins, absurdas.

TIRAR O PAI DA FORÇA

Todo mundo sabe que a criatura que vai tirar o pai da força está apres-

sada. A origem da expressão está em Santo Antônio, o casamenteiro. A história conta que Antônio fazia um sermão no convento de Arcella, onde vivia, quando soube que seu pai havia sido condenado à forca. Antônio então teria colocado a mão no rosto, transportado-se espiritualmente para Lisboa e defendido o pai no tribunal, conseguindo sua absolvição. Para quem ouvia seu sermão, no convento, passou apenas um instante de silêncio. Eles sequer poderiam desconfiar a manobra que Antônio acabara de fazer para salvar o pai.

CHEIO DE NOVE HORAS

Aposto que você conhece alguém “cheio de nove horas”. A expressão é utilizada para dizer daquela pessoa cheia de frescuras e manias. Mas e o que as manias alheias têm a ver com nove horas? O pesquisador Luís da Câmara Cascudo, no livro *Locuções tradicionais do Brasil*, explica que, no século 19, a marca das nove horas da noite era uma espécie de regulador da vida social brasileira. Quando o relógio marcava 21 horas, era hora de se despedir das visitas e convivas e se recolher. Estender-se não pegava bem. Aqueles avistados pelas ruas depois das nove horas eram associados à boemia, aos pândegos.

Uma pessoa cheia de nove horas é, portanto, aquela pessoa meticulosa, cerimoniosa, apreciadora de regras e restrições, feita aos códigos sociais que muitas vezes apenas complicam o que é simples.

ONDE JUDAS PERDEU AS BOTAS

Embora não haja registro ou nem mesmo indícios nos relatos bíblicos de que Judas Iscariotes, o discípulo que delatou Cristo, usasse botas, uma antiga história popular dá conta de que o traidor escondeu a recompensa recebida por entregar Cristo aos judeus justamente em um par delas. Como até hoje ninguém conseguiu encontrar as botas recheadas de moedas, diz-se “onde Judas perdeu as botas” daqueles lugares longínquos ou quando nem promessa a São Longuinho ajuda a encontrar um objeto perdido.

PENSAR NA MORTE DA BEZERRA

Outra expressão alterada pela tradição oral. A original dizia “Pensar na morte do Bezerra”, pois fazia menção à morte de um homem de nome Bezerra que, após ser acusado de um crime hediondo, teria sido espancado por populares até a morte. O episódio teria sido tão violento que quando alguém era flagrado com ar pensativo, dizia-se que estava “pensando na morte do Bezerra”. Hoje, a frase é evocada na mesma situação, mas agora o indivíduo pensativo, preocupado, está é pensando na morte da bezerra mesmo.

SEM EIRA, NEM BEIRA

Um sujeito sem eira nem beira é aquele sem dinheiro e sem juízo. Antigamente, “eira” designava um espaço de terra batida ou cimentada, próximo às casas, onde se limpavam e secavam frutos e cereais. Possuir uma eira significava ser proprietário e produtor, ou seja, possuir riquezas. Já “beira” é o nome dado à parte saliente do telhado que sobressai da parede e serve para proteger da chuva. Aqueles que possuíam eira e beira eram pessoas de posses, dinheiro e cultura. Quem não tinha eira nem beira eram aqueles menos abastados.

ESPÍRITO DE PORCO

A expressão designa uma pessoa inconveniente, atrapalhada, incômoda. No Brasil Colônia, os escravos faziam todo tipo de trabalho, mas tinham verdadeiro pavor de abater porcos. A crença popular dizia que os espíritos suínos atormentavam seus gozoes durante à noite.

IR PARA A CUCUIA

Fala-se que o falecido “foi para a cucuia”. A expressão surgiu no Rio de Janeiro, em um bairro da Ilha do Governador chamado Cucuia. Quando algum morador da região falecia, os conhecidos diziam que a pessoa foi para o cemitério da Cucuia. A tradição oral transformou Cucuia em cucuia.

INCONFIDENTE JOSÉ DE REZENDE COSTA PATRONO DA CADEIRA NÚMERO 73

Por Aluizio Alberto da Cruz Quintão



Em 17 de abril de 1792, dentro da prisão, quando da leitura e intimação do acórdão condenatório, JOSÉ DE RESENDE COSTA quebrou o silêncio com um lamento incompleto: “Senhor, eu tenho credores e muitas dívidas!”. (Segundo testemunho do Frei Raimundo da Anunciação Penaforte, confessor dos condenados).

JOSÉ DE REZENDE COSTA é um dos vinte e quatro cidadãos brasileiros e portugueses condenados, dentre muitos outros que foram processados como criminosos ditos inconfidentes, por terem, de alguma forma, participado, no fim do Século XVIII, de uma tentativa de revolta contra a Coroa Portuguesa, fato que ficou conhecido como Conjuração ou Inconfidência Mineira.⁽¹⁾

Era natural do Arraial de Prados, hoje cidade de Prados/MG onde teria nascido em 1728 em dia e mês desconhecidos, e foi batizado em 13 de junho de 1730, conforme consta de seu batistério na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Prados.

Em seus registros históricos, não são identificados os pais e há referência a dois irmãos, os padres Gabriel e João de Resende Costa.

Quando de sua reinquirição na Cadeia da Relação, no Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1791, parece ter ele levado em conta a data do batistério, ao dizer ser “de idade de sessenta e um anos”, além de confirmar ser “natural da Freguesia da Conceição dos Prados, Comarca de São João, assistente na Freguesia da Vila de São José da mesma Comarca, Capitão dos Auxiliares, que vive das suas roças..., casado, e que não tinha ordens algumas...”⁽²⁾

Foi casado com Ana Alves Preto, portuguesa dos Açores, filha de João Alves Preto e Maria Pedrosa de Moraes, tendo o casal tido dois filhos, José de Rezende Costa Filho, também inconfidente aos 23 anos, e Francisca Cândida, casada com Gervásio Pereira Alvim, que, nos dias 20 e 23 de maio de 1791, assistiu ao ato processual e assinou, em nome da família, o Auto de Sequestro dos bens do seu sogro, dos quais ficou “fiel depositário”.⁽³⁾

Entre bens e propriedades arrolados no processo constaram, além de créditos de terceiros: – “uma morada de casas sita no Arraial da Laje”, vizinha de “casas do Reverendo Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário da Vila de São José”, um dos cinco sacerdotes inconfidentes; – “uma fazenda de cultura sita nos Campos Gerais da Laje”, com casa de vivenda, engenho de farinha, moinho, casa de passageiros, senzala, 27 escravos, 55 cabeças de gado vacum, 30 cabeças de ovelhas e carneiros e 78 porcos; – “onze títulos de datas de terras minerais, com suas respectivas águas”; – “e uma biblioteca de sessenta volumes de obras clássicas de autores Homero, Cícero, Horácio e Virgílio, e Molière, Voltaire, Racine e Boileau.”⁽⁴⁾

Entre “os trastes e mais bens” de uso pessoal não sequestrados, foram relacionados também “um cavalo ruço pombo” e “um negro chamado Marcelino Angola”, de cerca de sessenta anos.⁽⁵⁾

Do seu filho nada foi sequestrado, “pelos não possuir, por se achar debaixo do pátrio poder do sequestrado pai e se empregar nos seus estudos”.⁽⁶⁾

José de Resende Costa era tido como homem de posses e de costumes severos, benquisto e respeitado na região, constando ainda da historiografia colonial que ele “era uma das principais pessoas da Comarca do Rio das Mortes”⁽⁷⁾, um “abastado lavrador”⁽⁸⁾, ou “próspero e iluminado fazendeiro”.⁽⁹⁾

Além disso, com superintendência de parte da Estada Real Velha, atuou como Capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Vila de São José do Rio das Mortes, instituição paramilitar oficial integrada por pessoas de elevada posição social e bons recursos financeiros, como o eram também outros inconfidentes da região.

Nos Autos da Devassa ficou José de Resende Costa lembrado como “homem velho e doente”, conforme referência de Toledo Piza⁽¹⁰⁾, além dos destaques feitos, talvez com conveniente exagero, pelo advogado José de Oliveira Fagundes na peça de embargos de defesa ao acórdão de condenação à morte, como sendo ele pessoa que “não servia para sócio” do movimento, “pela idade e moléstia”, um “o réu pai (...) na avançada idade de mais de 59 anos, trêmulo, pobre e de fraca e débil constituição”, após o desgaste do processo.⁽¹¹⁾

Não obstante, razão pode ter havido para tal descrição, porquanto, além do sofrimento de ter sido preso e processado com seu filho que então se preparava para ir estudar em Coimbra, José de Resende Costa passou pelo tormento psicológico das ameaças, dos longos depoimentos, da humilhação das acarações, do isolamento nas prisões da “mais escrupulosa incomunicabilidade”, no dizer do então Ouvidor de Sabará e escrivão da Devassa, Desembargador José Caetano César Manitti, em ofício sobre cumprimento das medidas.⁽¹²⁾

E toda essa tortura moral e física a que foi submetido culminou com a farsa da condenação à forca, seguida da comutação (previamente ajustada na Metrópole) da pena em degredo de dez anos na África, longe da mu-

lher e da filha.

O drama pessoal e familiar de José de Resende Costa não permite que atinja a pecha de traição o fato de ele, tanto quanto seu filho, ter sido constrangido a mencionar para os inquiridores da Coroa alguns nomes de companheiros envolvidos no movimento.⁽¹³⁾

Segundo relato de Frei Raimundo da Anunciação Penaforte, confessor dos condenados, sobre a cena de 17 de abril de 1792, quando da leitura e intimação do acórdão condenatório, José de Resende Costa teria quebrado o silêncio com um lamento incompleto: “Senhor eu tenho credores e muitas dívidas!”, tendo então recebido corajoso consolo de seu filho, companheiro de infortúnio, com palavras de estímulo e resignação para, com fé na imortalidade, sofrer aqueles passageiros infortúnios em desconto de seus “ocultos crimes”.⁽¹⁴⁾

Nem mesmo a comutação da pena capital para degredo, autorizada por carta real 15 de outubro de 1790 e anunciada somente em 20 de abril de 1792, isto é, no terceiro dia após a da condenação à morte na forca, minorou seu sofrimento, diante de a condenação imposta ao filho ter sido não para Bissau como a dele, mas para “Cabo Verde e mais ilhas adjacentes”, local que, somente três semanas depois, em razão de novos embargos, acabou sendo o destino de ambos, para onde foram enviados na Fragata Golfinho em junho de 1792, segundo ofício do Conde de Resende.

Segundo o testemunho do filho, não se recuperou José de Resende Costa dos problemas de saúde, tendo cumprido apenas cinco anos da pena, durante os quais exerceu as funções de Contador, Inquiridor e Distribuidor da Ouvidoria de vila de Ribeira Grande, ilha de São Tiago, Cabo Verde. Faleceu em 1798 e o local do degredo recolheu seus restos mortais que nunca foram trasladados para o Brasil.

Para honra paterna melhor sorte teve seu filho, cuja juventude estudantil fora interrompida pelas Consequências do fracassado idealismo de libertação de Minas Gerais do jugo colonial português.

Cumprida a pena, retomou José de Resende Filho ao Brasil, tendo ainda feito carreira, ocupado o cargo de Contador Geral do Erário e de Escrivão da Mesa do Tesouro e sido eleito seguidamente Deputado pela Província de Minas Gerais junto às Cortes Constituintes de Portugal (1821 a 1822), representante mineiro junto à Assembleia Constituinte Brasileira (1823), bem como junto à 1ª Legislatura Ordinária da Câmara de Deputados (1826/1829). Recebeu o título de Conselheiro do Império em 1827 e em 1839 foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde pôde dar sobre a Inconfidência Mineira seu testemunho pessoal complementado com referência do livro A História do Brasil, do inglês Robert Southey. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1841.⁽¹⁵⁾

Em homenagem aos inconfidentes pai e filho, o Arraial da Laje tornou-se Vila de Resende Costa, em 30 de agosto de 1911, e foi elevada a Município, em 1º de junho de 1912, tendo o Distrito-Sede passado, em 07 de setembro de 1923, a chamar-se Cidade de Resende Costa.

[1] Conjuração (ato ou efeito de conjurar, conspirar) é termo que melhor qualifica o movimento de 1789, do que Inconfidência, que, a rigor, significa deslealdade ou traição, como foi para os companheiros a denúncia feita pelo português Coronel Joaquim Silvério dos Reis Montenegro Leiria Guites, então Comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos Campos Gerais, beneficiado depois com perdão de sua dívida e cargo público de tesoureiro e título de fidalgo da casa Real.

[2] ADIM, 5, 453.

[3] ADIM, 6, 425/431.

[4] Ibidem.

[5] Ibidem.

[6] Ibidem.

[7] Márcio Jardim, A Inconfidência

Mineira – uma síntese factual, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1989.

[8] Hélio Vianna, História do Brasil, Ed. Melhoramento, S.P., 1963, T.I.,pág. 357.

[9] Lúcio José Costa, ob. Cit.

[10] ADIM, 5, 319.

[11] ADIM v.7, 170.

[12] ADIM, 8, 351.

[13] Fábio Lucas, Minas Gerais no Século XVIII, pág. 163.

[14] ADIM, 9, 181/182.

[15] Abel Lara, O Inconfidente Deputado, e Rosalvo Gonçalves Pinto, Os Inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o Arraial da Laje, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria e de edições Técnicas, 1992, págs. 33/35.

FAMILIAS DE ASCENDÊNCIA ITALIANA EM NOSSA REGIÃO



Os italianos, como praticamente todos os povos europeus, tem uma etnia incógnita, pois os ancestrais remotos foram etruscos, latinos, celtas, gregos, que se mesclaram na Idade Média com germânicos, normandos, húngaros, eslavos etc. Povos que vagaram pela Europa desde a mais remota antiguidade, cuja busca de troncos familiares e de laços históricos, a se perderem no tempo, se prendem pelo elo do sobrenome, muitas vezes deturpado gráfica ou foneticamente.

No período de 1887 a 1930, cerca de 35,5% dos imigrantes que chegaram ao Brasil eram italianos, 29% de portugueses e 14,6% de espanhóis. Cerca de 11 milhões de italianos, entre meados do século XIX e inícios do século XX, migraram para a América Latina, sendo que em torno de 3 milhões para o Brasil, em sua maioria para o Estado de São Paulo, cujo governo cobria os gastos (subvenção de passagens e opção pela recepção preferencial de famílias inteiras). A América era, então, sinônimo de vida melhor, terra da promessa, de fartura, sem guerras e miséria, tão comuns à população italiana à época. “Decidimos migrar, pois nossos filhos eram dados às baionetas dos austríacos”, relato de um imigrante da família De Luca, norte da Itália, região sempre invadida e em conflito com a Áustria. A unificação italiana (1871) acarretaria igualmente grandes dificuldades sociais, como desemprego, falta de terras, marginalização do trabalho, forçando igualmente a imigração.

Para fugir às dificuldades, milhares e milhares de italianos viram-se, por conseguinte, obcecados pela “febre americana”. Por todos os lados, dos vales às praças e bares das cidades, ouvia-se o estribilho “Noi andremo in America” (Nós iremos para a América), vista como “cuccagna” (terra de fartura e fortuna fácil). Homens, mulheres, jovens, crianças, famílias inteiras, premidos pela necessidade, ousam, esperançosos, transpor o Atlântico e chegar – no caso de Minas – às montanhas, em busca de concretização de sonhos. Fixar-se-iam em inúmeras cidades, aí palmilhando caminhos, experiências e atividades diversas. Erigiriam núcleos rurais, povoados, cidades; desbravariam regiões agrestes e cerrados, sendo agentes humanos no desenvolvimento social, cultural, político e econômico de nosso Estado.

A presença do imigrante italiano se faz presente em todas as latitudes do território brasileiro, contribuindo efetivamente para o seu desbravamento, povoamento e colonização. Não se dobraram, momento algum, às mais rudes privações. Seus descendentes se enraizaram em centros urbanos e núcleos rurais de todo o País, desde os Pampas até a Amazônia, passando pelos sertões do Nordeste, imensas vastidões do Centro Oeste e especialmente pelo Sul e Sudeste. Há que se registrar, ademais, o trabalho de congregações religiosas e missionários italianos, com atuação por todo o País, pelas florestas invias, sertões e centros urbanos, dedicados sempre, de corpo e alma, à evangelização, assistência social e religiosa, à educação, a atenção integral às populações desassistidas desse imenso País. Tiveram, outrossim, os missionários jesuítas italianos enorme importância na implantação dos chamados Sete Povos das Missões (evangelização e aldeamento de índios), que viriam a ser atacados por bandeirantes e governantes coloniais, uma das páginas mais densas e sanguinolentas da história sul-americana.

Para Minas Gerais, a imigração seria menos significativa, porquanto, sem apoio efetivo do Estado mineiro, os próprios imigrantes e fazendeiros custeavam grande parte dos custos. Além do mais, Minas Gerais, no final do século XIX, passaria por grave crise financeira, reduzindo a participação oficial no processo de imigração. A imigração, no estertor do regime escravista, serviria de ponte ou transição para a implantação da mão de obra livre no Brasil e no caso de Minas como substituição ao trabalho escravo, para incremento da produção cafeeira e ainda da indústria nascente. Os italianos exerceriam marcante presença e influência na economia e no processo social mineiro com a implantação de novas técnicas, de novos costumes. Misturados à população local, empreenderam negócios, constituíram famílias, influenciaram o comércio, a indústria, arquitetura etc. Os italianos ajudaram a construir Belo Horizonte, ali se instalando desde 1897, quando da construção da atual Capital mineira. A partir da década de 1960, com a instalação de complexos industriais de capital italiano e ainda da FIAT (1976), Belo Horizonte receberia novos imigrantes italianos, geralmente mão de obra especializada, atendendo às modernas demandas técnicas e administrativas.

IMIGRANTES ITALIANOS EM NOSSA REGIÃO—A imigração italiana em Minas Gerais é ainda pouco estudada, bibliografia escassa, mormente porque os imigrantes se integraram plenamente à população local, inclusive com a fusão de traços e características comuns entre os dois povos. Ao contrário

de outras regiões (Sul do Brasil e São Paulo), em que se criaram cidades ou bairros típicos, quase homogêneos de imigrantes, Minas Gerais absorveu o imigrante italiano, que aqui se fundiu à hospitaleira gente das Alterosas, agregados pelo caráter, simplicidade, competência e porque não pelas dificuldades e dramas vivenciados por ambos os povos.

As primeiras referências oficiais ou documentadas quanto à presença de imigrantes italianos em nossa região (São João Del-Rei) datam de 1888. A partir da década de 1880, italianos oriundos principalmente do norte da Itália – venetos, lombardos, trentinos, tirolezes, piemonteses – fugindo às dificuldades político-econômicas em seu País, passaram, como vimos, a buscar novos ares e rumos, espalhando-se por várias países, mormente o continente americano, em especial Estados Unidos, Argentina e Brasil. No Brasil, demandaram inicialmente São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, onde ocuparam territórios desabitados, sendo atraídos, aos poucos, para Minas Gerais, sendo São João Del-Rei um dos núcleos, instalando-se as primeiras famílias em 1888 na região da Colônia do Marçal.

Em 1897, Minas Gerais contava quatro núcleos de colonização italiana, a saber: Rodrigo Silva em Barbacena; Colônia do Marçal em São João Del-Rei; Maria Custódia em Sabará e Barreiro em Belo Horizonte. Famílias italianas se instalariam também em Juiz de Fora, Ouro Fino, Andradás, Itajubá, Muriaé, Ubá, Poços de Caldas, Uberlândia, Uberaba, Pouso Alegre, Monte Sião, São João Nepomuceno, etc. Juiz de Fora, a essa época, começava a se projetar com uma indústria têxtil emergente e ações pioneiras como a inauguração da primeira hidrelétrica da América Latina. Grande parte da região passaria a ser servida por trilhos (ferrovias).

Vivíamos, no Brasil, o final do século XIX, com o avanço das campanhas abolicionistas e a economia, em breve, perderia a mão de obra escrava. Fazendeiros abastados e autoridades imperiais, percebendo o novo cenário, erguem suas vozes, propugnando pela vinda de imigrantes, o que ecoaria, por todos os quadrantes na Itália, então com graves problemas sociais, políticos e econômicos⁽¹⁾. Na visão da época, os imigrantes – no caso europeus – eram portadores do progresso e da civilização, cujo trabalho traria o desenvolvimento da agricultura, novas indústrias e mesmo melhoria da educação, concorrendo para o engrandecimento do País.

Rareando os escravos no Brasil, com a expansão da agricultura – em especial a cafeeira – torna-se propícia a chegada de trabalhadores europeus, contando a iniciativa com o apoio do Governo Imperial e de governos provinciais⁽²⁾. Articulações são feitas ainda por fazendeiros e industriais, inclusive da região de São João Del-Rei para acolher os imigrantes. O Regulamento n. 108, de 20/01/1888, baixado pelo governo provincial, estabelecia as normas para o funcionamento das Hospedarias de Imigrantes e a criação de Núcleos Coloniais, dentre esses o de São João Del-Rei, que viria a ser instalado na Colônia do Marçal (o núcleo receberia a denominação de Bolonha e Ferrara, dada a naturalidade dos primeiros imigrantes a serem instalados).

Eram péssimas as condições de higiene a bordo dos vapores, geralmente navios negreiros adaptados, que traziam os imigrantes⁽³⁾. Muitos morriam no caminho ou quando da chegada, combatidos pela viagem que durava cerca de um mês, vitimados por doenças infecciosas, tifo etc. Aqui chegados a angústia de enfrentar o desconhecido: onde iriam se instalar, como eram as condições de trabalho nas fazendas etc.

A 10-03-1888 iniciam-se os trabalhos de instalação do Núcleo (SJDR) sob a coordenação da Inspetoria Geral de Terras de Colonização da Província de Minas Gerais, com a medição de terras (lotes), construção de moradias e infraestrutura básica para acolher os imigrantes. Em 07-11-1888 chegariam à Estação Ferroviária cerca de 150 imigrantes, emergencialmente hospedados em hotéis da cidade e ainda no Solar da Baronesa, então o maior prédio local, sendo ainda deslocados para fazendas de Bom Sucesso e Oliveira. Dia 22-11 a chegada de mais 112 imigrantes, também deslocados para Bom Sucesso, Oliveira e Lavras. Em 28-11 chegam mais 63 imigrantes venetos e ferrarenses.

O processo de instalação dos primeiros imigrantes em São João Del-Rei contaria com o inestimável apoio e empenho das autoridades, dentre estas o Cel. Severiano de Rezende, o Dr. Armênio de Figueiredo e ainda o sr. Carlos Preda, italiano já residente em São João Del-Rei e que atuaria como intérprete e auxiliar em todo o processo (recepção, instalação, estabelecimento e atenção aos imigrantes)⁽⁴⁾.

No dia 03-12-1888, chegariam os primeiros 102 colonos, constituídos por 22 famílias, destinadas ao Núcleo Colonial da Colônia do Marçal, merecendo a atenção, recepção calorosa e curiosidade da população local, porquanto se fixariam na cidade. Bandas de música, fanfarras, foguetes aguardavam-nos

na estação congestionada. Chegavam cansados da longa viagem em navios, expatriados, fugindo à miséria na terra natal, mas com vontade de vencer, esperançosos e ávidos por novas experiências, por um novo dia e amanhã de oportunidades. Seriam provisoriamente instalados em espaços na cidade (Hospedaria da Imigração) – em especial no Solar da Baronesa, no Largo do Carmo – até que se achassem erguidas e equipadas as residências, o que levaria tempos e transtornos. As autoridades tiveram que providenciar-lhes o fornecimento de gêneros alimentícios, equipamentos domésticos etc.⁽⁵⁾

No dia 18-12, um relatório oficial sobre a chegada de imigrantes, informava que já se achavam instalados 371 colonos na Várzea do Marçal (margem direita do Rio das Mortes) e ainda 186 colonos na ex-fazenda de José Teodoro, hoje Giarola⁽⁶⁾. A colônia se espalharia posteriormente para outros núcleos como o Bengo, Felizardo, Recondengo. Somente pelo Decreto Lei n. 202 de 18-09-1896 é que o governo provincial deu posse definitiva aos lotes dos imigrantes (os lotes variavam de 15 a 20 hectares).

Muitos erros e falhas ocorreram no processo de colonização – carência de residências ou de material para sua edificação, não liberação devida de recursos pelo governo provincial, burocracia etc.⁽⁷⁾. Sabe-se que o mau atendimento aos imigrantes, por parte de autoridades e de fazendeiros contratantes de serviços, ensejaria revoltas e distúrbios entre os imigrantes, sendo vários deles – em especial jovens – presos e encaminhados ao Rio de Janeiro, tomando ali rumos diversos, muitos para o sul do País. Muito se sobressairam a garra, o espírito indomável do imigrante, que, superando todas as dificuldades, logo começou a produzir hortaliças, flores e frutas vendidas em pesados balaios depenurados em “derlas” e posteriormente em charretes que levavam a produção aos locais de venda e entrepostos em São João Del-Rei. Além disso, produziam-se pães, massas caseiras e pratos típicos, fortalecendo-se a receita familiar da destemida colônia. Muitos dedicaram-se à fabricação /produção de dormentes, lenha, telhas, tijolos, carvão e cal, sendo boa parte vendida à Cia. Estrada de Ferro Oeste de Minas. Outros passaram a atuar no comércio e em pequenas atividades industriais.

Gente destemida, que arraigada agora ao solo brasileiro, legou-nos o exemplo do trabalho honesto, da dignidade, da esperança, superando com destemor e fé todos os empecilhos e obstáculos. Seus descendentes somam hoje milhares de mineiros e brasileiros que, embora as nossas dificuldades sociais e econômicas, contribuem para o progresso e a estabilidade do País, atuando em todos os setores da vida nacional⁽⁸⁾.

NOTAS

(1) A Itália, então (1860/1880) tinha uma população de 30 milhões de habitantes, economia pobre, ligada essencialmente à agricultura e artesanato, métodos de produção arcaicos, com a predominância de minifúndios no Norte e latifúndios no Sul. O País vivera, ademais, ao longo do século XIX, gravíssimos problemas políticos com insurreições, lutas pela unidade do País, permanentes conflitos com a Austria etc.

(2) A imigração italiana para o Brasil, a partir de finais do século XIX, está intimamente ligada a várias leis abolicionistas como o fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós – 1850), Lei do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e finalmente a abolição da escravidão (Lei Aurea – 1888). Desde meados do século XIX, com a proibição da entrada de novos cativos vindos do continente africano, a carência de mão de obra fomentaria a vinda de um número cada vez maior de imigrantes europeus. Havia ainda um plano forjado pela elite nacional de “branquear” a população, trazendo, para tanto, imigrantes europeus. Sem se falar, ademais, na tinta do racismo: o trabalhador brasileiro era visto ou associado à indolência, à preguiça, portanto inferior ao imigrante europeu. Em 1892, o senador mineiro Melo Franco afirmou: “O futuro de Minas só depende do aumento da população e de braços para o trabalho; e para a aquisição de braços é que é preciso favorecer a introdução de colonos de raça europeia”.

O governo imperial incentivaria a imigração através da Lei 514 de 28-10-1848 com objetivos de promover a colonização das províncias do Império. A Lei Provincial mineira 3417 de 26-08-1887 discorria sobre o auxílio financeiro do governo aos imigrantes europeus que desejassem trabalhar em Minas Gerais.

São Paulo e Minas Gerais atrairiam imigrantes, principalmente para trabalhos em lavouras de café. Os fazendeiros mineiros eram menos entusiasmados que os paulistas quanto à importância de trabalhadores europeus, mormente porque Minas ainda contava com relativa mão de obra nativa. O governo de Minas Gerais, por outro lado, pouco ou nada fez para ocupar as grandes áreas de terras devolutas, preferindo doá-las a políticos e cupinchas como “moeda política”, algo conhecido de todos nós, até os dias atuais (eis aí o eterno loteamento do Estado: nomeações para cargos públicos, corrupção de estatais etc).

Assim, grandes latifúndios, em especial de terras férteis, passavam às mãos da elite cafeeira, negando-se o acesso à terra aos colonos nacionais ou estrangeiros. Poucas foram as colônias apoiadas pelo Estado, pois embora existissem as leis de incentivo à imigração, ficavam apenas no papel, na burocracia, na conversa fiada...

(3) Geralmente eram navios a vapor, de bandeira francesa, que não tinham autonomia para fazer a viagem diretamente da Europa aos portos do Brasil. Em face disso, tinham que fazer escala no arquipélago de Cabo Verde, principalmente na Ilha de São Vicente, para reabastecimento de carvão e mesmo de viveres. Muitos imigrantes italianos, pela primeira vez, veriam negros, ali trabalhando duramente nos serviços portuários.

(4) Antes da imigração oficial, já existiam italianos em São João Del-Rei e região, aqui chegados para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Registre-se, dentre eles, Filipe Marchetti, maquinista do trem inaugural que conduziu o Imperador D. Pedro II e comitiva desde a Estação do Sítio (An-

tonio Carlos) até São João Del-Rei.

Marchetti, após um acidente, desligou-se da Estrada de Ferro, tornando-se conhecido empresário, associado a seu cunhado e patrício João Lovaglio, os quais instalaram em São João Del-Rei uma padaria, uma fábrica de macarrão e posteriormente uma fábrica de cerveja e refrigerantes.

Já as famílias iniciais, em torno de 47, que se instalaram em São João Del-Rei em dezembro de 1888, eis algumas (ressalvadas eventuais deturpações gráficas): Agostini, Ambrosio, Bassi, Benfenatti, Bianchini, Boari, Bresolin, Brighenti, Calsavara, Chitarra, Cristóforo, Cesari, Davin, Detomi, Dinali, Faccion, Ferrarezi, Fracaroli, Fusato, Gratti, Giromini, Ghelere, Giarola, Godi, Guzzo, Lombelo, Margotti, Misson, Montanelli, Montoli, Morandi, Muffato, Randi, Rosetto, Possa, Sotana, Sartini, Theré, Tirapelli, Taroco, Trebi, Viassini, Vianini, Vicentini, Zanetti, Zerlotini. (Fonte: Dauro José Buzzatti – “Raízes Italianas em São João Del-Rei”).

(5) Segundo o jornal “A Verdade Política” de 06-12-1888 e 13-12-1888, ano I, nºs 12 e 13, os 639 imigrantes então chegados a São João Del-Rei, todos oriundos do norte da Itália, eram provenientes de Ferrara, Bolonha, Verona, Treviso, Rovigo, Ravenna, Mântua, Vicenza, Veneza, Pavia e Cosenza. A imprensa da época denunciava as más condições dos alojamentos dos imigrantes (galpões mal construídos, falta de utensílios domésticos, de viveres etc).

Sabe-se que, entre 1889 e 1894, a cidade (SJDR) vivenciou três epidemias de variola e cólera, dada a falta de cuidados básicos de higiene, aliada à precariedade da alimentação. Muitos imigrantes, por não encontrarem trabalho nas fazendas ou na cidade, passaram a viver como pedintes pelas ruas (Jornal “A Verdade Política” – 03-01-1889, ano I, n. 16).

Os imigrantes chegaram a criar um fundo social mutualista – a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Fligi del Lavoro – com objetivos de ajudar na compra de remédios. Para levantar recursos, a associação promovia corridas de cavalos, leilões e campeonatos de tiro ao alvo. Os documentos relativos à associação, que era muito atuante, segundo se diz, desapareceram, incendiados durante a II Guerra Mundial ou mesmo apreendidos pelas autoridades militares da época.

(6) Sabe-se que na chegada (período de instalação) morreram crianças imigrantes, vítimas principalmente de sarampo ou que já chegaram enfermas no transcurso da viagem, embora toda a assistência médica, incluindo enfermagem, sob direção do médico Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão.

(7) O escritor Carlos de Laet relatou sobre o abandono em que estava a Várzea do Marçal, à época: “A Várzea do Marçal tem ultimamente adquirido fama e não pequena, por ser um dos pontos indigitados para o assentamento da futura capital do Estado de Minas (...). Tudo isso está quase desabitado. Apenas vinte fogos contaram os engenheiros em área de tamanhas dimensões! Raros colonos cultivam algumas hortaliças ou entregam-se à destruição do mato para fazer lenha”.

O escritor Graça Aranha, em sua obra “Canaã” (1902), cujo enredo se passa no Espírito Santo entre imigrantes alemães, faz referência ao fluxo migratório em São João Del-Rei. No trecho do diálogo entre os personagens Milkau e Lentz, encontramos:

- Em que lugar de Minas esteve?

- No Oeste...E foi uma grande viagem para mim. São João Del-Rei é uma impressão única.

- Como? interrompeu, curioso, Lentz.

- Ali me pareceu ter penetrado no passado intacto do Brasil. Oh! Foi uma volta deliciosa aos tempos mortos hoje por toda a parte e que ainda lá prolongam a sua vida...Logo, à primeira madrugada o meu sono de viajante fatigado foi cortado pelo repicar dos sinos de muitas igrejas, o que me produziu um doce encantamento”.

O Estado de Minas Gerais, no período de 1888 a 1894, realmente deixara de prestar a devida assistência ao núcleo e os colonos tiveram que buscar alternativas para seu sustento. O abandono e o atraso na edificação das habitações levava todos ao desânimo. Eram tempos em que o Estado pretendia desalojar os imigrantes ante a perspectiva da construção da capital mineira naquela área. Com a definição de Curral Del-Rei (Belo Horizonte) para nova capital em 1894, houve melhor atuação do Estado e em especial do Município, que para ali nomeou uma administração ou intendência, com a construção de pontes, estradas, casas.

(8) Poucos são os historiadores e pesquisadores que se dedica(r)am ao tema da imigração italiana em Minas Gerais. Raros e esparsos os resultados desses estudos. Fala-se em cerca de 2 milhões de descendentes de italianos em nosso Estado, presentes em especial nas regiões sul, leste e Mata.

Levantamentos feitos revelam que, entre 1895 a 1901, 71,7% dos imigrantes italianos dirigiram-se para lavouras de café; 12,4% para centros urbanos, 13,5% com paradeiro desconhecido e 0,8% falecidos nas hospedarias (Ângelo Trento – “Do outro lado do Atlântico – um século de imigração italiana no Brasil” São Paulo, Nobel, 1989, p. 101). Tinham os imigrantes seus modos e códigos de vida próprios, características na criação dos filhos, valores morais e religiosos arraigados e principalmente a cultura de amearhar poupança através do trabalho árduo e da economia doméstica.

Muitas das famílias imigrantes, vivendo de forma espartana, muitas vezes em propriedades de difícil acesso, se dedicaram ao cultivo em pequenas glebas de terra – sítios e chácaras – com produção de subsistência e ainda troca ou venda dos excedentes da produção caseira – hortaliças, verduras, aves, ovos, frutas, fumo etc. Assimilaram o idioma da nova terra, sua cultura, comportamentos e costumes; muitas famílias sequer conseguiram manter os sobrenomes originais, quer por influência patronímica, quer porque na hora de proceder o registro dos descendentes, os escrivães, sem entender direito o italiano ou o português estropeado, anotavam o que lhes parecia ter um som assemelhado, que o imigrante, muitos deles incultos, não conferiam.

Assentado em outras plagas, agora sem raízes, o imigrante tinha que se (re)

inventar a partir do nada, reinaugurar-se a cada dia numa intensa luta contra a invisibilidade, o incessante esforço para não ser identificado e rotulado como estrangeiro, como forasteiro.

• ITALIANOS ENTRE NÓS

PELLUZZI - O patriarca da família Pelluzzi em nossa região foi Francisco de Paula Pelluzzi (1855-1931), por alcunha “Chico Pelúcio”. O sobrenome original seria Pellucci. De descendência nobre, porém empobrecida, Francisco nasceu aos 08-09-1855 em Castellucci, sul da Itália. Teria chegado ao Brasil em 1881, segundo se diz, no mesmo navio que trouxe Francisco Matarazzo, que se tornaria conde e o mais famoso industrial brasileiro dos meados do século XX.

Há variações do sobrenome como “Peluso”, “Piluso” “Peloso” (cabeludo) que, segundo pesquisadores, tem origem em apelidos, características físicas ou ainda por razões desconhecidas.

Segundo Gentil Ursino Vale (“Visões Perdidas” p. 44) Francisco Pelluzzi “no fim do século XIX chegou ao Brasil num porão de navio, foragido da Itália, pois era anarquista, contrário pois à política posta em prática ali pelo Rei Umberto I. E mais: pertenceria também, como oficial de infantaria, ao exército italiano”

Chegando ao Rio de Janeiro, com o pouco dinheiro que tinha para a viagem (fruto da venda de sua farda militar e um vistoso elmo de plumas), rumou para Minas Gerais, onde já residia um irmão seu, João Pelluzzi e outros parentes moradores em Juiz de Fora. Ali chegando, foi informado que todos tinham se mudado para o “morro de pedra” (Resende Costa) para onde, então, a duras penas, se dirigiu.

Estabelecendo-se em Resende Costa, como relojoeiro e ourives, Francisco casou, por volta de 1885, com Mariana Bello Pelluzzi (“Mariquinha”), filha do também italiano Domingos Bello⁽¹⁾. O casal Francisco/Mariquinha teve 8 filhos⁽²⁾. Era ele ainda músico, tocando flauta, concertina e harpa. Faleceu em Resende Costa aos 04-12-1931 aos 76 anos.

A família Pelluzzi se estenderia a São Tiago, quando em 1949, um de seus membros Francisco Pelluzzi (“Quito”) casou-se com a são-tiaguense Geralda, filha do casal de fazendeiros Hugo Almeida e D^a Noeme, proprietários da Fazenda Serra. Quito, que se tornaria celebrado mestre de obras e construtor, era filho de Nicolau Pelluzzi e D. Josefa Lara de Mendonça. O casal Quito/Geralda teve 7 filhos, todos cidadãos idôneos, laboriosos e que muito contribuem para o progresso da sociedade e da Nação, a quem externamos nosso apreço, admiração e reconhecimento. Agradecimentos especiais à sra. Josefa Pelluzzi pelas informações.



Sr. Francisco Pelluzzi (Quito)

NOTAS

(1) Antonio de Lara Resende em suas “Memórias I – do Belo Vale ao Caracá” anotou: “Siá Pombinha (esposa do comerciante João Fernandes) era filha de um italiano também original, o sr. Domingos Bello, casado com Siá Mariana, que ele chamava de Priana, em violenta ruptura de todas as leis e alterações fonéticas conhecidas” (p. 298).

Ainda sobre a presença de italianos em Resende Costa, Antonio de Lara Resende, em suas “Memórias”, refere-se a Alexandre Sbampato, que fora trabalhar em Resende Costa quando da reforma da Igreja Matriz (1901), realizada pelo empreiteiro Giovanni Faccini (este levava para a obra cerca de 15 a 20 operários, italianos em sua maioria). A obra fora contratada pelo vigário de então Pe. Alfredo de Macedo.

Alexandre Sbampato, mesmo com a suspensão da obra por falta de recursos, permaneceria em Resende Costa. “Homem trabalhador, chefe de numerosa família, sadio e alegre, tal qual sua senhora, Sbampato gostou da vidinha pacata do ar rural e por lá ficou, ganhando a vida na sua profissão de bom marceneiro e pintor. Só muitos anos mais tarde, retornou a São João Del-Rei” (op. cit. pp. 133/134).

(2) Filhos do casal Francisco de Paula Pelluzzi e Mariana Bello Pelluzzi: Nicolau, nascido aos 31-08-1887; Francisca; Mariana; Ambrosina; Salvador; José; Maria; Domingos (falecido com um ano de idade).

FAMILIA DE LUCA (DELUCCI) - “Quando as netas de Paolo De Luca perguntavam: - Nono, por que vieste da Itália?

- Porque não queria dar meus filhos para a guerra das baionetas da Austria”, respondeu ele” (Do livro “Os jasmims do jardim” – Família De Luca – italiacatarinense.com.br/?q=node/331, acesso em 01/10/2018).

“As famílias italianas vieram principalmente de províncias vênetas da Região Nordeste italiana e instalaram-se em São Paulo, motivadas pelas condições de desemprego e pelas oportunidades oferecidas pelo Brasil (havia financiamento público da federação brasileira à entrada de imigrantes), uma vez que se criavam empregos à medida que se multiplicavam os cafezais. Havia famílias principalmente das regiões setentrionais, já adaptadas à vida nas cidades, mas oriundas da região de Vêneto, caso dos De Lucca (ou Luca) que reproduziam seus hábitos rurais.



Não temos compreensão do porquê desta família (De Lucca) ter se plantado em Minas Gerais, na região desbravada por Fernão Dias em 1764. O patriarca da família, José Maria de Lucca, estabeleceu-se na região na década de 1880, numa propriedade que se chamava Capão das Flores, dedicando-se à agricultura. Casou-se com Isméria Francisca de Assis e deu origem à genealogia da família na região” (Dirceu Trindade – “Augusto, o Manganês” Goiânia, Trilhas Urbanas, 2018, pp. 25/26). Os descendentes de José Maria de Lucca e Isméria Francisca de Assis não conservaram, contudo, o sobrenome italiano, porquanto sobrevivendo, em grande parte, de tronco matriarcal (três dos filhos do casal eram mulheres e os descendentes, dentro da tradição latina, absorveram o sobrenome paterno)⁽¹⁾. Uma pena.

Sabe-se que membros da família De Luca que migraram para o sul do Brasil (Santa Catarina) eram oriundos de Osigo, comuna de Fregona, Província de Treviso. (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luca>)

Há igualmente colônias de descendentes da família De Luca no interior de São Paulo (Americana, São José do Rio Preto etc.) e Capital.

Em nossa região, um dos primeiros colonos a receber lotes e a se instalar na Colônia do Marçal em São João Del-Rei (1888-1889) foi Giovanni Lucchi.

NOTAS

(1) O casal José Maria de Lucca e Esméria Francisca de Assis teve os filhos: I – Fortunata Maria de Lucca (Natinha) casada com João Misael, com 11 filhos; II – Francisca Maria de Lucca, casada e 1^a esposa de Nhonhô Caputo; III – João de Lucca, casado com Maria Felipa Caputo (“Nhanhá”), de cujo consórcio teve o filho Geraldo Feliciano de Luca (“Geraldo Zumba” 1909-1978); IV – Baptista Maria de Lucca (Tita ou Titina) casada com Augusto Rodrigues de Lima (Augusto Manganês), tendo 7 filhos. D^a Baptista faleceu no Rio de Janeiro aos 24-04-1970; V – Maria Augusta de Lucca.

FAMILIA DE MARCO (De Marchi, Dimarchi) - A família De Marco tem origem milenar, existindo lápides encontradas na França e na Itália datadas do século V d.C, sendo que os primeiros registros foram encontrados em Dauphiné Viennois, antiga província no sudeste da França. O sobrenome Marcos surgiu na França, provavelmente como forma de sobrenome hereditário patronímico (derivado dos nomes dos pais). A origem remota era “Marticos” (latim antigo) reduzindo-se no latim clássico para “Marcus” (patronímico). O termo “Marcos” vem do antigo latim (nome pessoal “Marcus”) que indica “consagrado”, “dedicado” ou “seguidor de Marte”, o deus romano da guerra e da agricultura. Há registros de batizados com o sobrenome nas igrejas de Caneva, Stevana, Sarone (região de Vêneto), Friuli e Venezia Giulia. As grafias antigas do nome são variáveis: Marcoux, Marcout, Marcou, Marchi, Marcoutte, Marckou, Markoe etc.

O sobrenome “De Marchi” é muito comum no centro-norte da Itália, com incidência nas regiões de Vêneto, Friuli-Venecia-Julia, Lombardia, Piemonte, Trentino Alto Adige, Campânia, Ligúria e Lácio.

Os De Marco (Demarchi) emigraram para o Brasil por volta de 1855, instalando-se em localidades como Cotiporã (Serra Gaúcha) e cidades do Alto Uruguai. Os descendentes realizam encontros da família De Marco, em especial no sul do Brasil. Dentre os primeiros colonos que receberam lotes na ex-fazenda de José Teodoro (Giarola) em São João Del-Rei (1888/1889) está Vincenzo Demarchi.

Família presente em São Tiago como descendentes do sr. José Nicolau de Marcos (“Gato”), Sr. Francisco e sr. Jésum Marcos, o escritor e oficial militar Efraim Marcos. Nossos cumprimentos e respeitosa apreço a toda esta distintíssima família De Marcos local!

FAMILIA MACENA - De origem italiana, naturais – segundo estudiosos –

de Brescia e Campana. Além de Minas Gerais, há referências à família Maceira em Sergipe, Paraíba. Em nosso Estado, os Maceira (Massena) aparecem mais evidenciados em cidades da Zona da Mata, dentre elas Mar de Espanha.

Encontramos grafias dispare: Massena, Mascena...

Família igualmente presente em nosso meio a merecer estudo mais exaustivo.

FAMÍLIA CAPUTO - Numerosa em nosso meio, aqui descendendo dos irmãos Rafael e Felício que aportaram à região nos meados do século XIX. Abordaremos, em edição oportuna, dados da laboriosa e numerosa família Caputo em nosso meio.



Irmãos Caputo

FAMÍLIA D'URSO - Família de raízes antigas e nobres, originária da Sicília, daí propagando-se por várias regiões da Itália – cidades de Andria, próxima ao mar Adriático; Bari, Brindisi no sul da Itália, achando-se hoje ramificada em vários países. Encontramos as variantes gráficas Durso, Durço.

Um dos núcleos da família D'Urso em nosso meio acha-se em Senador Firmino. Um dos 1^{os} imigrantes que ali chegou foi Giovanni (João) Durso, nascido em Montana Antilia, golfo de Palermo, Calábria, por volta de 1844. Veio para o Brasil ainda adolescente (década de 1850) em companhia de 3 irmãos. Em 1875, casou-se em Conceição do Turvo com Maria Valentina Vieira, tendo o casal 6 filhos.

FAMÍLIA PALUMBO - A palavra tem sua origem no italiano "palombo" (pomba). A origem da família em nossa região remonta ao patriarca Francisco Antonio Palumbo (Chico Palumbo), natural de San Giovanni a Piro, cidade da região da Campânia, Província de Salerno, que migrou para o Brasil, aqui desembarcando aos 04/09/1902, estabelecendo-se inicialmente em Santo Antonio do Porto (Andrelândia). Transferindo-se para São Tiago, residiu entre 1906 e 1908 na Fazenda das Lavrinhas; em 1908 instalou um laticínio (fabrica de manteiga) na Fazenda "Pau da Bandeira", aí conhecendo sua futura esposa, D. Beralda Augusta de Resende, com quem se casou aos 27/07/1908. Casal com sete filhos: Fernando, Matildes, Setímio, Paulo, Francisco, José e Benito, todos cidadãos abnegados, laboriosos, prestando inestimáveis serviços à coletividade são-tiaguense e pátria, o que prossegue até as gerações atuais. Residiria ainda algum tempo na Fazenda Boa Vista. Em 1926 fundou na sede (São Tiago) o "Banco Popular", que ficaria conhecido como o "Banco do Palumbo". Mudou-se para São João Del-Rei em inícios da década de 1950, onde viria a falecer aos 15-08-1954, sendo sepultado no cemitério do Rosário.



Sr. Francisco Antonio Palumbo

(Informações gentilmente fornecidas por sua neta D. Lourdes Resende, esposa do sr. Adeildo Lopes, a quem muito agradecemos). Ver matérias em nosso boletim n.º XCV-agosto/2015.

FAMÍLIA GUGLIEMELLE - a grafia correta, segundo estudiosos, seria Guglielmetti. Naturais de Pisciotta, Cosenza, Rossano (Calábria). Há registros da chegada de Francesco Guglielmetti ao Brasil em 1893 e de outra família Guglielmelli em 1901, a bordo do vapor Guernica. Em nossa região, instalaram-se em Morro do Ferro, com ramificações em São Tiago.

FAMÍLIAS FALCO GROSSI - Referenciadas em nossa região pelo sr. Wolney Falco Grossi, natural de Mercês que aqui se estabeleceu na década de 1970 como funcionário dos Correios. Casado com a sra. Terezinha Maia, casal com consolidada descendência e efetiva atuação em nosso meio.

O sobrenome Falco é muito comum em todo o território da Península Itálica com maior incidência nas regiões de Campânia, Apulia Sicília, Piemonte e Lombardia. Suas origens etimológicas remontam ao latim falco, falconis (falcão), nome de família ligado ao caçador ou adestrador de falcões, tradição de grande prestígio na Idade Média. Poderá representar também um apelativo conferido a um cidadão que tinha os atributos do falcão, como agudez de visão, prontidão, agilidade de movimento, agressividade ou de rapina. Pode lembrar ainda um soldado ou guerreiro medieval que manejava o falco, arma de ataque similar ao aríete.

Encontramos variantes e derivados como De Falco, Di Falco, Falchi, Falcon, Falconieri, Falconi, Falconio etc.

Segundo o sr. Wolney Falco, seu bisavô, juntamente com dois irmãos, ainda jovens, fugindo às dificuldades de vida na Itália, migraram para o Brasil. Vieram "em meio às cargas do navio". Chegando ao Rio de Janeiro, um deles ali permaneceu, enquanto os outros dois irmãos dirigiram-se para Juiz de Fora.

GROSSI (GROSSO) - sobrenome muito frequente, pan-italico, ou seja, que ocorre em todo o território italiano. Sua incidência é mais expressiva nas regiões setentrionais de Piemonte, Ligúria e Lombardia, sendo encontrado em escala menor nas regiões da Calábria, Campânia e Sicília. Suas origens etimológicas remontam ao vocábulo latino grossus que, originalmente, se refe-

ria a figo verde; no latim popular, tornar-se-ia sinônimo de magnus, grandis (grande), fixando-se no italiano como "grosso". Este nome de família se apresenta ou configura um apelativo atribuído a cidadão encorpado, espadaúdo, de compleição física avantajada; na Idade Média adquiriu uma conotação ou alusão a pessoa de grandes qualidades morais e de virtudes, provavelmente um patronímico que passou a designar os descendentes de algum patriarca medieval. No Piemonte, onde o sobrenome Grosso apresenta os mais altos índices de frequência, indica ainda o habitante ou cidadão oriundo da cidade de Grosso, configurando-se, nesse caso, como toponímico.

Variantes e derivados: De Grossi, Degrossi, De Grosso, Del Grossi, Del Grosso, Grossi, Grossini etc.

FAMÍLIA ROMANO - Com presença e tradicional descendência, em nosso meio, em Morro do Ferro. Segundo historiadores, o nome se relaciona com alguém nascido ou oriundo de Roma, que por motivos de viagem, prestação de serviço ou atividade itinerante (ex. mercador) tenha se fixado na região. Deriva diretamente do termo "romanus" (romano) que significa "habitante, morador de Roma". A mesma raiz etimológica formou também outros nomes comuns em diferentes países e línguas como Romain (francês), Roman (alemão), Román (húngaro e espanhol), Romão (português).

Segundo o escritor Olavo Romano, os Romano são procedentes de Catona de Ascea, Província de Salerno, Itália. São de origem nobre, casa acastelada e tinham na Idade Média delegação real para coletar impostos e aplicar a justiça em toda aquela vasta região (Salerno). Como tantas famílias empobrecidas, minguando poder e fortuna, os Romano decidiram também fare l'America, com a desesperada intenção de aqui juntar dinheiro para readquirir propriedades que lhes haviam pertencido nos áureos tempos do passado. Não conseguindo ganhar o montante pretendido, decidiram permanecer por aqui mesmo.

A família tem sua ascendência no Pe. Aniello Romano, n. de Catona, comunidade de Ascea, filho de Tommaso Romano e Barbara Ferrara, que, recém ordenado, migrou para o Brasil, tornando-se pároco em Morro do Ferro, fins do século XIX, (há registros de seu paróquiato em 1889); aqui se envolveria com uma jovem casada, D.ª Ambrosina Theobaldo (Nhazinha – 1882-1936) cujo marido – um tio – havia lhe dilapidado todo o patrimônio. Desse relacionamento contubernar (amasiamento na linguagem popular), nasceram 4 filhos, Carmélia, Aínda, Humberto, Demósthene, sobrevivendo três. Pe. Aniello tinha cinco irmãos (Francesco, Giovanni, Rosina, Antonietta e Carmela), sendo que juntamente com Pe. Aniello, migrou também sua irmã Carmela, que viria a falecer em Itapeçerica em 1918, vítima da febre espanhola. Em inícios do século XX, mais precisamente em 12-10-1906, inopinadamente, Pe. Aniello retornou em definitivo à Itália, em pleno exercício do ministério sacerdotal, aí falecendo em Catona em 1919 com 51 anos, deixando à concubina a dura missão de criar e educar os filhos, os quais permaneceram durante algum tempo em companhia de D.ª Carmela, irmã de Pe. Aniello, em Itapeçerica. Posteriormente a mãe e filhos mudaram-se para o Tombador, município de Passa Tempo, onde residiam seus parentes. Desconhecem-se os motivos que levaram o sacerdote a deixar esposa e filhos em companhia de parentes, retornando à sua terra natal (Itália) pp. 268/269. Sobre o Pe. Aniello Romano, ver matéria em nosso boletim n.º CXLIX – fevereiro/2020.

FAMÍLIA GATTI (GATTO) - Sr. José Silveira Gatto, aqui casado com a Sra. Marilese.

Lorenzo Gatto chegou ao Brasil a bordo do vapor Malabar em 1888; em sua companhia vieram a mãe Anna Gatto, 70 anos e os filhos Giuseppina e Luigi com 14 e 11 anos respectivamente. Há registros de passagem da família em Mar de Espanha e Além Paraíba.

Nos registros escolares da Colônia Várzea do Marçal (1907) aparecem famílias e alunos como Caetano, Jovita, Carlos, Américo com o sobrenome Gatte (Karina Fernandes Nicácio – "Escarlização dos Imigrantes Italianos e Seus Descendentes em São João Del-Rei – 1888/1914" BH, UFMG, 2018).

FAMÍLIA VITORINO - Família espalhada por vários países europeus, inclusive Portugal e Itália. Sua raiz etimológica é "Victorinus" do latim "Victorius", que significa "vitorioso", "conquistador". Variantes onomásticas: Victor, Vitória, Vitorio, Vitoriano etc. Várias personalidades detiveram o nome "Vitorino", como Marco Plavônio Vitorino, imperador gálico entre 269 e 271; o escritor português Vitorino Nemésio (1901-1978); o senador brasileiro Vitorino Freire (1907-1977) natural do Maranhão. Santo Agostinho relata, através de diálogo com Simpliciano, a conversão do reitor Mário Vitorino.

Numerosos em nosso meio, descendentes do sr. Antonio Vitorino.

FAMÍLIA LUSVARGHI - Variações encontradas: Lusiardo, Lusuardi, Lusardi, Luzardi etc. Família oriunda de Gênova (os Luxiardo) por volta de 1300, encontrada em São Paulo (ex. Jundiá), Minas Gerais (ex. Andradas) Há uma conhecida jornalista, pesquisadora e crítica de cinema brasileira a sra. Luiza Lusvarghi.

Em São Tiago, temos a família do sr. Gaspar Lusvarghi, casado com a sra. Marlize Alves.

FAMÍLIA MAZZINI / MAZZONI - Segundo informações da sra. Isabel Cristina de Andrade, descendente da família Mazzini, a quem muito agradece-

mos, o ramo Mazzini em nosso meio proveio com a vinda em meados do século XIX, do imigrante Roberto Mazzini, oriundo da Calábria, que se estabeleceu em Juiz de Fora ai casando-se com a sra. Malvina Resende Mazzini. Casal com vários filhos, um deles Pedro Resende Mazzini, exímio artesão e artista, domiciliou-se em Conceição da Barra de Minas, ai trabalhando em serviços de pintura, marcenaria, restauração de imagens sacras. Em seu 2º casamento, com a sra. Perpétua Maria do Socorro, tiveram 4 filhos, entre eles a sra. Cármen Mazzini de Andrade, nascida aos 20-10-1930, c/c o sr. Antonio Carlos de Andrade (“Antonio Ambrósio”), proprietários da Fazenda São José, na região da Prata, município de São Tiago. Casal com 11 filhos, a saber: Carlos Antonio de Andrade (+), José Leonardo de Andrade (+), Anézia Salomé de Andrade, Maria Lucia de Andrade, Isabel Cristina de Andrade Santos, Rosa Maria de Andrade Santiago, Pedro Luis de Andrade, Carmen de Andrade (+), Francisco Eustáquio de Andrade (o conhecido empresário Chico Prata), Fátima Beatriz de Andrade Macedo (+), Giovanni Custódio de Andrade.

Família Mazzini acha-se espalhada por vários estados brasileiros – Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso etc. e que prosseguiram imigrando para o Brasil ao longo do século XX. Ex. Tombo A0001347 – Porto de Santos – 10-10-1925 a 14-12-1925 – Giovanni Battista Mazzini imigra para o Brasil a fim de unir-se aos filhos Giuseppe e Luigi Mazzini”.

MAZZONI – A primeira família Mazzoni em Minas Gerais, segundo o serviço de imigração, teve como chefe Carlo Mazzoni, natural de Lazio, aqui chegando aos 22-11-1888, pelo vapor Cachar. Localizamos em São João del-Rei a rua Mário Mazzoni, na vila São Bento/São José Operário e referências à antiga fábrica de massas Mazzoni.

“O bairro de Matozinhos, na década de 1950, teve momentos marcantes e inesquecíveis. O cantar dos carros de bois que chegavam das localidades vizinhas trazendo lenha para os fogões e mantimentos para vender aos interessados. As mulheres “italianas” com varais de balaio duplos a vender verduras. A única diversão noturna era ver o trem passar na estação, a menos que tivesse festa de barraquinhas na igreja, em que obrigatoriamente tinha-se que ir primeiro à cerimônia religiosa para depois divertir-se. Ser coroinha e congregado mariano era ponto de honra. A partir de 1960, com a criação do Cine Real pelo pároco Pe. Jacinto Lovato, onde tinham sessões às quartas e domingos, as diversões começaram a se diversificar. Primeiro o Cine Real se instalou num velho cômodo que sobrou da destruída fábrica de tecidos Matozinhos e depois se transferiu para as acomodações da atual fábrica de massas Mazzoni na rua José de Assis Sobrinho ao lado da Escola Estadual Tomé Portes Del-Rei, onde encerrou suas atividades em decorrência da inauguração do cine Matozinhos, localizado na Av. Josué de Queiróz, n. 157, filial do Cine Arthur Azevedo...” (José Cláudio Henriques – “Bairro de Matozinhos, berço da cidade de São João Del-Rei”).

OUTRAS FAMILIAS COM RAMIFICAÇÃO EM NOSSA REGIÃO

Francia, Cupertino, Canuto, Lodi, Fuzzato, Fares, Giraldele, Dinelli, Pias, Gianotto, Motta, Lamego.

Nossos agradecimentos aos jovens Andreza Duarte, Gisele Rodrigues e Mateus Cardoso, alunos do ensino médio e ainda à diretoria da E.E. Afonso Pena Júnior na pessoa de sua dinâmica diretora Profª Antonia Beatriz pela valiosa colaboração nas pesquisas (famílias italianas em São Tiago). Dentre os 830 alunos do tradicional educandário, ano letivo 2021, foram localizados os seguintes sobrenomes de ascendência italiana: Caputo (30); Palumbo (5); Falco (4); Fuzzato (1); Fares (1); Giraldele (1); Pelluzi (1); Dinelli (1); Gianotto (1); Motta (1) Pias (1).

FAMÍLIA MOTTA – Trata-se de sobrenome muito comum na Itália, ocorrendo em todo o País (pan-italiano). Deriva do termo celta *mutt*, *motta* que significa elevação, saliência, colina, referindo-se ao habitante oriundo ou egresso de uma das muitas localidades italianas denominadas Motta.

FAMÍLIA GIRALDELLO – variante latinizada de Gherardi, sobrenome muito comum no centro-norte da Itália. Etimologicamente, remonta ao antropônimo germânico *gairhard* ou *gairwald* (*gair* – lança; *hardhu* – forte, valeroso ou ainda *walda*, chefe ou príncipe dominador, com o uso de lanças).

FAMÍLIA FARES – topônimo gentílico, variante de Fara, Fares, Faresini no sentido de oriundo de Fares ou Fara, centro da comunidade longobarda

FAMÍLIA PIASSI – qualidade abstrata; variantes Piacenza /Piazza – do latim “*plátea*” (praça pública).

FAMÍLIAS ITALIANAS EM BOM SUCESSO – Bertoli, Bini, Bolognani, Lodi, Mangino, Mazzini, Milani, Morato, Roquim, Tassini, Trezza.

FAMÍLIAS ITALIANAS EM PRADOS – Bianchini, Calderon, Caputo, Dinelli, Lapponi, Longatti, Morato, Neri, Possa, Viriato.

FAMÍLIAS ITALIANAS EM TIRADENTES – Baccarini, Beligni, Briganti, Caprioglio, Cavalcanti, Cestaro, Cirilliano, Grazinelli, Giovannini, Hattori, Laboretto, Lombardi, Longatti, Lordello, Lusardi, Luzzi, Mamani, Marostegan, Maschio, Montuori, Moregula, Neri, Panzera, Paolucci, Passaglia, Patitucci, Pazutti, Soriano, Strefezzi, Tirelli, Vicentini, Zanola.

FAMILIAS ITALIANAS EM BARROSO—Albertoni, Aleva, Ambrosio, Arcelli, Bartoline, Bedeschi, Benevenuto, Calsavara, Camarano, Canavez, Caputo, Carazza, Carbonaro, Daldegan, De Cusatis, Del Gaudio, Giamarino, Grassano, Itanciola, Itarola, Lenzi, Marchioli, Meneghim, Misson, Monteiro, Polhese, Silva, Suttana, Vassalo, Vita (Fonte: Blog do auto Tiberio – <https://barrosoemdia.com.br/politica/no-dia-do-imigrante-italiano>, acesso em 22/11/2021).

FAMILIAS ITALIANAS EM SÃO JOÃO DEL-REI—Agabelo, Agostini, Alacoque, Amano, Ambrosio, Angelo, Antoniazzi, Argamim, Augustin, Baccarini, Bagnoli, Banho, Baolucci, Baratello, Bartolomei, Bassi, Bastone, Batalhione, Beato, Bedeschi, Belgo, Bello, Belloni, Benfenatti, Beraldo, Bergo, Bianchini, Bifano, Bini, Boari, Bolognani, Bonicini, Bonsolhos, Bôscolo, Brezolini, Brighenti, Bruno, Butta, Calsavara, Calvette, Camarano, Canavese, Canavez, Cantelmo, Caproni, Caputi, Caputo, Carazza, Carbo, Carrara, Cavaliere, Caverla, Cesari, Cesconi, Chiaini, Chitarra, Chiurato, Chodon, Christóforo, Cipriani, Cumenia, Daldegan, D’Alessandro, Dângelo, Daobosco, Davin, Defrango, Deluchi, Detomi, Detoni, Difერი, Dilascio, Dinali, Dolvino, Donizatti, Duarete, Faccion, Faccioni, Faccini, Fanti, Fazzion, Felicetti, Ferraresi, Ferri, Fiche, Fontenelle, Fortunato, Francia, Fredezan, Fuzzato, Gadoni, Galli, Gallo, Gatti, Geromin, Gianoni, Giarola, Gielo, Girdardin, Goddi, Goldoni, Gotardo, Grassi, Grigoletto, Guarino, Guzzo, Imbroisi, Isolani, Janoni, Januzzi, Lancetti, Lobosque, Lomasso, Lombardi, Lombello, Longatti, Lovaglio, Lovatto, Lupe, Maletta, Mandarino, Mandelli, Maniscalco, Mantuanelli, Marchetti, Marchiori, Margotti, Mattina, Maximiano, Mazzino, Mazzola, Meneghini, Menini, Minighin, Missaglia, Misson, Moller, Mollon, Mondaini, Montezor, Montuanelli, Moretti, Morroni, Moterani, Muffato, Nangino, Neri, Nonato, Ottoni, Pacciolo, Palumbo, Panzera, Paolucci, Passarelli, Passarini, Pastorini, Patto, Pedersini, Peligrinelli, Pellegrini, Pellerin, Peluzzi, Penoni, Pergentino, Perilli, Perin, Perinazzo, Picorelli, Pizelli, Possamai, Pozzato, Pugliesi, Quaglia, Randi, Resgalla, Rizzutti, Rossito, Rozzetto, Rufini, Russi, Sandim, Sanganetti, Sbampato, Scalon, Sgobi, Siervullii, Somere, Sottani, Spinelli, Stancioli, Stephani, Strefezzi, Stresezi, Talharine, Tallim, Taroco, Teofilo, Terrell, Testoni, Tirapelli, Tonussi, Torga, Tortieri, Tortoriello, Tranin, Valentino, Vallin, Vecchia, Vecchio, Verdiana, Vergniassi, Viannini, Vicentini, Vigato, Villardi, Zagatto, Zainpierre, Zambalde, Zampieri, Zanetti, Zanitti, Zanolla, Zanon, Zansavio, Zenquini, Zerlotini, Zin, Zinviani, Zucalli.

FAMILIAS ITALIANAS EM DESTERRO DO MELO – Cimino, Attademo, Tafari, Cavaliere, Vêspoli (Agradecimentos à sra. Cristiane Luna, de Desterro do Melo, pelas informações).

OS ITALIANOS E O BRASIL ANTES DE CABRAL

Os italianos sempre tiveram ligações com o Brasil, mesmo antes de nosso descobrimento. Cartógrafos, cosmógrafos e navegadores italianos atuaram na famosa Escola de Sagres, dentre eles os genoveses Antonio Usodimare e Antonio de Nole, que ali prosseguiram os estudos do lendário admirante Manuel Pessagno (Peçanha), também genovês, considerado o fundador da marinha lusitana; o veneziano Alvise Cadamosto, precursor dos grandes navegadores italianos do porte de Cristóvão Colombo, Giovanni Caboto, Américo Vespúcio (que realizaria, entre nós, várias expedições exploradoras entre 1501 e 1503). Sobre o navegador Alvise Cadamosto, há que se registrar ter sido o primeiro a observar e anotar a Constelação do Cruzeiro do Sul, um dos marcos de nosso País, quando em 1455 explorava as costas africanas.

Foram ainda banqueiros italianos os financiadores da viagem de Cabral como os florentinos Bartolomeu Marchione e Girolamo Semige, o genovês Antonio Salvago e ainda Luca Girdali e Piero Strozzi, todos interessados em promissores negócios com Portugal, com o descobrimento do Caminho para as Índias.

Os primeiros mapas que representavam o Brasil foram igualmente elaborados por cartógrafos italianos, sendo que o mais antigo, produzido por Alberto Cantino, a pedido de Ercole D’Este, Duque de Ferrara, então embaixador veneziano em Lisboa, data de 1502. O segundo mapa aparece em 1504, autoria do Visconde de Maggiolo e o terceiro em 1512 do também veneziano Girolamo Barini. Todos os mapas davam o nome Brasil às terras aportadas por Cabral.

Em 1519, Antonio Pigafetta, outro navegador italiano, registrou, pela primeira vez, em seu diário de bordo, informações sobre a língua tupi-guarani. Quando da primeira expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza em 1530, inúmeros italianos o acompanharam e se radicaram em definitivo no Brasil – o caso dos irmãos Adorno (Francesco, Giuseppe e Paolo).

Durante as guerras para expulsão dos holandeses, a presença de combatentes italianos foi igualmente fundamental. Assim, homens de armas italianos, sob o comando de Giovanni Vincenzo Sanfelicio, Conde de Bagnoli, libertam a Bahia do jugo holandês (1623). Outro italiano, Francesco Toscano, se tornaria vanguardeiro na implantação da cultura da cana de açúcar na Bahia.

O Brasil teria ainda estreita ligação com a Itália no II Reinado, pois a imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, mulher de D. Pedro II, era italiana, filha do Rei de Nápoles e das Duas Sicílias.

(Fonte: “Roteiro dos Italianos e seus descendentes em Minas Gerais – Subsídios para uma história da imigração italiana” Luiz Carlos Biasutti, Arlindo Loss e Everaldo H. Loss, Belo Horizonte, 2003).

OS ARCANJOS DO SENHOR

Os Arcanjos do Senhor têm a natureza, a essência, quiçá a unicidade divina, atuando como arautos, embaixadores e governadores da Luz; assistem eles na presença de Deus, desempenhando igualmente missões redentoras e transformadoras em prol da Ordem Cósmica. Assim como se voltam contra o mal, com força impactante e avassaladora, e-los igualmente acalentando, assistindo e orientando a todos. São defensores intransigentes da Causa de Deus, servindo incondicionalmente ao propósito da reconciliação universal, da cura e remissão espiritual, da revelação divina – enfim, são espíritos perfectíssimos, de natureza imperscrutável ao nosso atual conhecimento.

Os arcanjos atuam em milícias, sendo inacessível à compreensão humana o número dos exércitos celestiais, os quais nos acompanham, nos protegem e nos amparam ao longo da história e do itinerário civilizatório, malgrado as seduções malignas e às quedas vivenciais às quais nos expomos. As lutas entre o bem e o mal se processam nas mais diversas ambiências – cósmicas, espirituais, etéricas, terrenas – contando os homens de bem com a misericórdia e o poder inextinguível de Deus ante as hordas do mal. “O Senhor vela pela vida dos íntegros e a herança deles será eterna. Não serão confundidos no tempo da desgraça e nos dias de fome serão saciados” (Sl 36, 18-19).

Os Arcanjos são os “olhos de Javé”, manifestações da face de Deus que esquadriam a terra, dispostos a consolar, salvar o povo da Aliança em todas as circunstâncias (Zc 4, 10; Is 63,9). Os arcanjos, segundo São Gregório Magno, na qualidade de patriarcas da fé, de oráculos e inspiradores dos profetas, realizam altíssimas e relevantes missões entre os homens. Incalculável de tal forma o número de arcanjos e anjos componentes das milícias celestes que, segundo São Tomás de Aquino, embasando-se na tradição patrística, sua superioridade numérica em relação aos homens seria na proporção de noventa e nove por um!!! (“Suma Teológica” 1, q.61, a4).

REFERENCIAS BIBLICAS A ARCANJOS

- São Rafael – Tb 6,12 / 12,15)
- São Gabriel – Dn 8, 15-16 / Dn 9,21 / Lc 1,19 a 31)
- São Miguel – Dn 12,1 / Ap.

PRESEÇA E PARTICIPAÇÃO DE ANJOS – PASSAGENS BIBLICAS

Gn 28,12 / Is 6,2-4 / Ez 10 / II Rs 19,35 / Ex 12,30 / Dn 7,10 / Ap 8,3-4 / Sl 90,11 / Ap 12,7-10 / Hb 11,28 / Gn 3,24 / II Sm 24, 15-17.

O ARCANJO SÃO MIGUEL

A hierarquia angélica, diz-se, é composta por serafins (os mais próximos a Deus, ocupando o alto da escada), os querubins, arcanjos⁽¹⁾ anjos, os tronos, os soberanos, os principados, devas, mestres ascensionados, “descendo” em inumeráveis gradações ou interpretações, até os espíritos comuns e os da natureza em geral. Seriam, ainda de acordo com a tradição, sete arcanjos sendo três conhecidos: Miguel, Rafael, Gabriel (citados na Bíblia e mesmo no Alcorão) e ainda Uriel, Anael, Azaziel, Azaquiel, havendo variações de nomes consoante grupos religiosos, esotéricos e até de regiões⁽²⁾.

São Miguel é conhecido como o Arcanjo da justiça e do arrependimento e por ser poderosíssimo intercessor contra o mal. Comandante das milícias celestes é simbolizado artisticamente, empunhando uma espada de luz contra o Maligno, representado este como um dragão ou uma serpente. Compete-lhe a glória e magnificência da luta em prol da redenção da humanidade e dessa forma manifesto na paixão e salvação. Miguel (do hebraico Mikhael) significa “aquele que é similar a Deus”. Mencionado no Apocalipse (Ap 12,7-9; 20, 1-6), ainda em Daniel (Dn 12,1-4), São Paulo (I Ts 4,16). “O Arcanjo São Miguel vem em auxílio dos cristãos, não só na hora da morte, mas também no juízo particular, permanecendo perto da alma até a emissão do julgamento e se esforça para torná-lo favorável” (São Tomás de Aquino).

“Estou seguro em dizer: o Arcanjo São Miguel, no momento supremo, se lembrou de mim e me levou em suas asas, dissipando a minha confusão” (São Basílio).

O Papa Leão XIII compôs e instituiu a oração a São Miguel Arcanjo a ser proferida ao final de cada missa. Segundo respeitados autores, dentre eles Kevin Symonds (obra “O Papa Leão XIII e a oração de São Miguel”), o Sumo Pontífice teve uma visão assustadora e avassaladora durante a realização de uma missa, por volta de 1886, levando-



-o a compor a famosa “Oração a São Miguel” S.S. aprovou ainda uma oração mais longa a São Miguel, conhecida como “Oração do Exorcismo” em duas versões, uma para o clero e outra para oração individual. As solenidades em sua honra são celebradas todo dia 29 de setembro.

“Nesse tempo, levantar-se-á Miguel, o grande príncipe que se conserva junto dos filhos de teu povo. Será um tempo de tal angústia qual jamais terá havido até aquele tempo, desde que as nações existem, mas nesse tempo o teu povo escapará, isto é todos os que se encontrarem inscritos no Livro” (Dn 12, 1-4). São Miguel Arcanjo terá, por conseguinte, fundamental atuação no chamado Juízo Final ou Armagedon, tempos que parecem ser os atuais ou no mínimo o “princípio das dores”⁽³⁾.

NOTAS

(1) A palavra “Arcanjo” vem do radical grego “archi” que quer dizer “chefe”, “comandante” e segundo a teologia, colaboradores diretos do Ser Supremo na administração do Cosmos.

A literatura, a respeito, é intrigante, senão impenetrável ao atual conhecimento humano. No meio espiritualista, os Arcanjos são denominados ainda Logos Galacticos, havendo inumeros graus e degraus intermediários na cadeia cósmica – evolução da consciência, desde o átomo até os arcanjos. O Plano Divino alcança todas as criaturas, em todos os seus ilimitados dominios, não havendo fronteiras para o progresso e o propósito evolutivo do espírito no âmbito cósmico. A eternidade é plena e prenhe de oportunidades, coroando os esforços de todo ser em sua imortal e universal peregrinação.

(2) Seriam, ao todo, sete arcanjos, dos quais se conhecem biblicamente apenas três (Gabriel, Rafael, Miguel) Parecem estar relacionados às chamadas “sete igrejas” mencionadas no Apocalipse – Éfeso, Pérgamo, Esmirna, Tiatina, Sardes, Filadélfia, Laodicéia, ou ainda mais amplamente, segundo São Boaventura e São Bartolomeu Holzhauser, as sete fases históricas da Igreja Universal. São João Evangelista dirige-se a cada uma dessas comunicações, através de um preceptor – “ao anjo da Igreja de” - o que, para estudiosos, parece indicar igualmente sete grupos (famílias espirituais), ou seja os guardiães que compõem o corpo místico de Cristo. Atentar-se que o Apocalipse tem sua estrutura em séries septenárias – sete igrejas, sete selos, sete cartas, sete trombetas, sete taças da ira de Deus (Ap 2,3: 6,8-1 a 16)

(3) Sobre a “grande batalha” apocalíptica e o soerguimento da Igreja de Cristo, a notável mística Ana Catarina Emerick, em suas perturbadoras visões, informa/descreve que “O Arcanjo Miguel resplandece, todo vestido de cor vermelha, com uma enorme bandeira de combate nas mãos. A Terra é um imenso campo de batalha (...) São Miguel armado e cingido, desceu até a Igreja e com sua espada, vedou a entrada aos maus pastores, impelindo-os para um ângulo escuro (...) Tudo o que havia sido destruído na Igreja foi reconstruído em instantes, de forma a se celebrar o culto divino. Vieram sacerdotes e leigos de várias partes, trazendo pedras para reconstruir os muros, já que os fundamentos não foram destruídos pelos demolidores” (“Visões e Revelações Completas” FVT, 2011, v. 3, p. 611).

ARCANJO SÃO RAFAEL

O Arcanjo São Rafael é a expressão da sabedoria operativa, da ação, do apostolado, presente em toda a vida pública de Jesus

Sob a aparência de Azarias, o Arcanjo São Rafael guiou e amparou, desveladamente, Tobias (Livro de Tobias)

“Sou o arcanjo Rafael, um dos sete que assistem na presença do Senhor” (Tb 12,15)

ARCANJO SÃO GABRIEL

A São Gabriel cabe a primazia de transmitir/comunicar o conhecimento, a verdade de Deus (emanação do Verbo) Ei-lo, assim, presente e manifesto quando da Encarnação. Transfiguração.